



**FORMATO PARA UM QUADRO DE ACÇÃO PRIORITÁRIO
(*PRIORITISED ACTION FRAMEWORK - PAF*)
PARA A REDE NATURA 2000**

Relativo ao Período Financeiro Plurianual 2014-2020

**PARECER DA LIGA PARA A PROTECÇÃO
DA NATUREZA**

Fevereiro 2014

A Liga para a Protecção da Natureza, na sequência dos contributos iniciais, enviados em Junho de 2013, para a preparação da apresentação do PAF para Portugal, e após a realização do Workshop sobre Financiamento da Rede Natura 2000, elaborou o seguinte parecer, com comentários e contributos adicionais para os documentos apresentados.

Apreciação Genérica

A LPN observou com alguma perplexidade e séria preocupação a proposta disponibilizada para o Workshop de Financiamento da Rede Natura 2000*. As razões para a apreciação negativa deste documento prendem-se, antes de mais, com as graves omissões, no documento, relativamente a espécies, habitats e medidas, que inviabilizam uma planificação séria do acesso e plena utilização dos fundos comunitários a disponibilizar do Quadro agora iniciado. O documento apresentado pelo ICNF é demasiado generalista, vago e pouco operacional para a aplicação eficaz dos diferentes fundos.

Para preencher essa lacuna, a LPN apresenta, desde já, muitos contributos (mesmo não sendo exaustiva), sugerindo que seja feita uma revisão profunda e imediata do documento apresentado no Workshop supra mencionado, de modo a que aquele seja representativo e permita, ao contrário do que esta versão faz, reproduzir, com o mínimo de fidelidade, a realidade no terreno, no que diz respeito a espécies, habitats e medidas de conservação em aplicação.

As prioridades não são elencadas de forma clara e inequívoca no documento, abrindo espaço a leituras confusas e erróneas, nomeadamente ao não definir quais os habitats, as espécies e as áreas classificadas que devem beneficiar, durante o próximo Quadro, dos diferentes mecanismos de financiamento.

O ICNF declara, nas conclusões do workshop acima referido, que “os PAF precisam ser objecto de um processo de melhoria contínua, especialmente tendo em vista a próxima revisão intercalar dos regulamentos dos fundos relevantes da UE. Como parte do processo de actualização dos PAF, em Portugal terão lugar consultas mais alargadas e integradas com os *stakeholders* relevantes.”. A LPN considera que esta afirmação deve ter efeito imediato, conduzindo o processo de melhoria contínua à materialização num documento capaz; diferente do documento extremamente deficiente, que, a manter-se assim, porá em causa o uso adequado, optimizado e maximizado do financiamento da Rede Natura 2000 em Portugal.

A LPN considera que o Estado Português tem a obrigação de nele apresentar um conteúdo sólido, completo e que reflita as necessidades reais de financiamento. Um documento com esta importância estratégica será orientador e absolutamente basilar em relação ao financiamento da conservação da Natureza em Portugal, consubstanciada na Rede Natura 2000.

*<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/resource/financ-14-20/paf>

Apreciação ponto-a-ponto:

A. Panorama territorial da Rede Natura 2000

A.1 Síntese curta sobre os tipos de habitats do Anexo I e das espécies do Anexo II da Directiva Habitats e das espécies do anexo I da Directiva Aves e espécies migradoras para as quais é requerida a designação e sítios da Rede Natura 2000

Apreciação: Relativamente à Directiva Aves não estão identificadas as espécies que estão no Anexo I e que ocorrem em Portugal. Acresce que, embora a Directiva não identifique prioridades, elas existem e são usadas no LIFE para definir quais os projetos prioritários. Também não estão identificadas as espécies de aves migradoras. Devem ser listadas todas as aves e habitats que são prioritários.

B. Estado de conservação de habitats e espécies

B.1 Avaliação mais recente do estado de conservação de habitats e espécies

B.1.a Habitats e espécies Directiva Habitats

Apreciação:

Nos **crustáceos**, há certamente mais espécies cujo estado de conservação não é favorável por terem populações muito reduzidas e localizadas e com diversas ameaças, apesar de não estarem listados na Directiva Habitats (a título de exemplo, veja-se as espécies associadas aos charcos temporários: *Triops vicentinus*, *Cyzicus grubei*, *Maghrebestheria maroccana*, *Branchipus cortesi*).

Relativamente às espécies de **flora**, há manifesta insuficiência na avaliação. Por exemplo, as espécies associadas aos charcos temporários, que têm um estatuto de conservação desfavorável, não estão aqui referidas (e.g. *Eryngium corniculatum*, *Thorella verticillatinundata*, *Isoetes setaceum*).

Não é referido aqui que o habitat prioritário *3170 “Charcos Temporários Mediterrânicos” tem sofrido uma regressão acentuada e que está com um estado de conservação muito desfavorável, devido mormente à pressão humana.

Com efeito, reportando outro exemplo, que é o dos endemismos lusitanos (exclusivos portanto ao território de Portugal Continental), as espécies listadas na Directiva 92/43/CEE correspondem a uma lista atualmente desatualizada, que resultou de um esforço realizado a nível europeu, nas décadas anteriores, para serem identificadas espécies sensíveis.

Nestes últimos quinze anos, tem havido um acréscimo importante de informação a nível europeu, nomeadamente nos países da região mediterrânica: A Flora Ibérica está a dois volumes de ser concluída, a nova Flora de França está no prelo, etc.. Muito relevante é igualmente a publicação de Listas Vermelhas pelos vários Estados membros: a de Espanha, uma das melhores a nível europeu, é regularmente atualizada; a França publicou a sua Lista Vermelha para 1000 espécies, a Itália, por sua vez, publicou a sua Lista Vermelha em 2013. Isto para não mencionar os casos dos Livros Vermelhos em outros Estados membros mais a norte... Ou a este!.

A presente lista de endemismos de Portugal Continental tem de estar, portanto, em constante atualização, sendo esta a última versão: *Adenocarpus anisochilus*, *Anarrhinum*

longipedicellatum, *Anthyllis vulneraria* subsp. *sampaioana*, *Aphanes lusitanica*, *Arabis beirana*, *Arabis sadina*, *Arenaria querioides* subsp. *fontiqueri*, *Armeria arcuata*, *Armeria berlengensis*, *Armeria eriophylla*, *Armeria neglecta*, *Armeria pinifolia*, *Armeria pseudoarmeria*, *Armeria rouyana*, *Armeria sampaioi*, *Armeria welwitschii* subsp. *cinerea*, *Armeria welwitschii* subsp. *welwitschii*, *Asphodelus bento-rainhae* subsp. *bento-rainhae*, *Asphodelus lusitanicus* var. *lusitanicus*, *Avenula hackelii* subsp. *hackelii*, *Avenula hackelii* subsp. *stenophylla*, *Avenula pratensis* subsp. *lusitanica*, *Bellevalia hackelii*, *Carduus lusitanicus* subsp. *broteroi*, *Centaurea alba* subsp. *strepens*, *Centaurea crocata*, *Centaurea herminii*, *Centaurea limbata* subsp. *lusitana*, *Centaurea occasus*, *Centaurea paniculata* subsp. *rothmalerana*, *Centaurea sphaerocephala* subsp. *lusitanica*, *Centaurea vicentina*, *Centaurea vinyalsii* subsp. *approximata*, *Ceratocarpus claviculata* subsp. *picta*, *Chaenorhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*, *Cirsium welwitschii*, *Cistus ladanifer* subsp. *sulcatus*, *Coincya cintrana*, *Convolvulus fernandesii*, *Crepis calycina*, *Daucus carota* subsp. *halophilus*, *Deschampsia stricta*, *Dianthus cintranus* subsp. *cintranus*, *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii*, *Digitalis purpurea* subsp. *amandiana*, *Diploaxis siifolia* subsp. *vicentina*, *Dittrichia maritima*, *Dittrichia viscosa* subsp. *revoluta*, *Doronicum plantagineum* subsp. *tournefortii*, *Echium rosulatum* subsp. *davaei*, *Euphorbia paniculata* subsp. *monchiquensis*, *Euphorbia paniculata* subsp. *welwitschii*, *Euphorbia transtagana*, *Festuca brigantina* subsp. *brigantina*, *Festuca duriotagana* var. *duriotagana*, *Festuca henriquesii*, *Gagea lusitanica*, *Gagea tenuis*, *Galium belizianum*, *Halimium umbellatum* var. *verticillatum*, *Herniaria algarvica*, *Herniaria lusitanica* subsp. *berlengiana*, *Herniaria maritima*, *Hyacinthoides vicentina* subsp. *transtagana*, *Hyacinthoides vicentina* subsp. *vicentina*, *Iberis procumbens* subsp. *microcarpa*, *Iris xiphium* var. *lusitanica*, *Jasione crispa* subsp. *crispa*, *Jasione maritima* var. *sabularia*, *Jonopsidium acaule*, *Juncus valvatus* var. *valvatus*, *Juniperus navicularis*, *Klasea algarbiensis*, *Klasea baetica* subsp. *lusitanica*, *Lamium coutinhoi*, *Leontodon pyrenaicus* subsp. *herminicus*, *Leucanthemopsis flaveola* subsp. *alpestris*, *Leucanthemum sylvaticum*, *Leuzea longifolia*, *Limonium daveaui*, *Limonium lanceolatum*, *Limonium laxiusculum*, *Limonium multiflorum*, *Limonium nydeggeri*, *Limonium plurisquamatum*, *Linaria algarviana*, *Linaria amethystea* subsp. *multipunctata*, *Linaria bipunctata* subsp. *glutinosa*, *Linaria diffusa*, *Linaria ricardoi*, *Malcolmia triloba* subsp. *gracilima*, *Murbeckiella sousae*, *Narcissus calcicola*, *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *confusus*, *Narcissus scaberulus*, *Omphalodes kuzinskyanae*, *Ononis hackelii*, *Phalaris coerulea* subsp. *lusitanica*, *Picris spinifera* subsp. *algarbiensis*, *Pseudarrhenatherum pallens*, *Pulicaria microcephala*, *Quercus coccifera* subsp. *rivasmartinezii*, *Ranunculus henriquesii*, *Santolina impressa*, *Saxifraga cintrana*, *Scrophularia grandiflora*, *Senecio doronicum* subsp. *lusitanicus*, *Senecio pyrenaicus* subsp. *caespitosus*, *Sideritis arborescens* subsp. *lusitanica*, *Silene cintrana*, *Silene foetida* subsp. *foetida*, *Silene longicilia*, *Silene rothmaleri*, *Tanacetum gracilicaule*, *Tanacetum mucronulatum*, *Taraxacum algarbiense*, *Taraxacum duriense*, *Taraxacum lucipedatum*, *Taraxacum lusitanicum*, *Taraxacum triforme*, *Teucrium salviastrum*, *Teucrium vicentinum*, *Thymus camphoratus*, *Thymus capitellatus*, *Thymus lotocephalus*, *Thymus villosus* subsp. *villosus*, *Tuberaria globulariifolia* var. *major*, *Ulex airensis*, *Ulex argenteus* subsp. *argenteus*, *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*, *Ulex densus*, *Ulex erinaceus*, *Ulex jussiaei*, *Verbascum litigiosum*.

Em diversos casos, autores salientaram que a lista de espécies a proteger a nível europeu deveria ser atualizada. É forçoso salientar que uma lista de espécies é um conceito muito restritivo; para ilustrar, refira-se que, com a publicação da Flora Ibérica, desapareceram vários endemismos portugueses listados anteriormente na Diretiva Habitats:

- O microendemismo *Plantago almogravensis* Franco foi incluído em *Plantago algarbiensis* Sampaio cuja área de distribuição já abrange Espanha. Como resultado, dois endemismos

lusitanos da Diretiva estão atualmente diluídos num *taxon* ibérico endémico do litoral do SW peninsular.

· *Linaria coutinhoi* Valdés, anteriormente endemismo lusitano, está atualmente incluído em *Linaria intricata* Coincy.

· *Linaria ficallhoana* Rouy, anteriormente endemismo lusitano e espécie prioritária da Diretiva, passou a estar incluído em *Linaria bipunctata* (L.) Chaz. subsp. *glutinosa*, com a categoria de subespécie endémica.

· *Narcissus fernandesii* Pedro e *Narcissus willkommii* (Samp.) A. Fern., anteriormente considerados endémicos da Península Ibérica, estão atualmente incorporados em *Narcissus assoanus* Dufour, espécie de distribuição mais ampla.

· *Narcissus calcicola* Mendonça, anteriormente endemismo lusitano, passou para subespécie de *Narcissus scaberulus* subsp. *calcicola* (Mendonça) Aedo.

· *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis* (Haw.) A. Fern., anteriormente subespécie endémica da Península Ibérica, fica englobado no *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *pseudonarcissus* L. de ampla distribuição europeia. E isto é, sublinhe-se bem, apenas uma ínfima amostra em termos de biodiversidade.

A ausência de uma Lista Vermelha das Plantas Vasculares de Portugal constitui, sem sombra de dúvida, o principal entrave à elaboração fundamentada de uma lista de espécies a proteger a nível comunitário e de cada Estado membro, limitando também a apreciação efetiva e eficaz dos Habitats.

Consideramos portanto que todos os habitats, e não apenas os da Rede Natura 2000 (como está referido no documento), deveriam ser abrangidos em ações futuras de gestão e proteção, financiados por programas comunitários, na vigência do Quadro 2014-2020; trata-se, por conseguinte, de uma abordagem integradora de toda a informação, não se limitando a determinadas espécies ou Habitats.

Ao contrário do que é referido, a **subpopulação de lobo *Canis lupus*** a Norte do Douro não está aparentemente estável, e as medidas de conservação aplicadas não parecem estar a ser eficazes. Apesar da ausência de censos populacionais recentes, que permitam avaliar a tendência populacional a nível nacional, estudos locais de monitorização populacional do lobo em várias regiões de Trás-os-Montes (Serra do Alvão, Vale do Baixo Sabor, Vale do Alto Tâmega) têm detetado uma evidente redução ou mesmo ausência de lobo (presença e grupos reprodutores) comparativamente com o o último censo nacional (2002/2003). As razões para este declínio, apesar de não se encontrarem devidamente quantificadas, parecem estar associadas a:

- i) uma diminuição dos recursos tróficos (diminuição do efetivo pecuário em regime extensivo, e a reduzida densidade/diversidade de ungulados silvestres);
- ii) elevada incidência de mortalidade ilegal por causas humanas;
- iii) alteração e perturbação do habitat (em particular, em zonas de reprodução tradicional) pelo recente desenvolvimento de grandes infra-estruturas humanas (barragens, parques eólicos, redes viárias), nomeadamente no interior de Sítios Natura 2000.

Estas ameaças também incidem na subpopulação de lobo a sul do rio Douro, pelo que é redutor que seja referido somente o fomento de presas silvestres, como medida de conservação adicional necessária para assegurar a sua recuperação e viabilidade a longo prazo.

B.1.b Espécies da Diretiva Aves

Apreciação: Esta avaliação está demasiado sumária e totalmente incompleta e omissa, sem apresentar dados para nenhuma espécie, ao contrário do que é feito no ponto anterior (Dir. Habitats). Uma avaliação do estado de conservação pelo menos das espécies “Criticamente em Perigo” deveria ser apresentada. Não se compreende como esta avaliação está tão incompleta.

B.2 Avaliação global do estado de conservação por categoria de habitats e grupo de espécies

Apreciação: Esta avaliação global não tem em conta o grupo das Aves!

B.3 Panorama das pressões e ameaças sobre espécies e habitats

Apreciação: A intensificação da agricultura não menciona ameaças como a drenagem e a terraplanagem de habitats naturais ou conversão de habitats de água doce temporários em reservatórios de água, que afetam habitats, flora e fauna, ou a conversão de culturas de sequeiro em permanentes, que condicionam espécies como as aves estepárias. As ameaças para a fauna estão muito resumidas e não refletem a realidade de ameaças existentes nos locais.

A título de exemplo, ameaças a considerar para Charcos Temporários Mediterrânicos (habitat 3170*):

Ameaça 1: Alterações nas práticas agrícolas e pecuárias

Um dos principais motivos de regressão e degradação dos CTM está relacionado com a mudança de práticas agrícolas extensivas para uma agricultura intensiva/industrializada, nomeadamente:

- Mobilizações do solo – as gradagens profundas, destroem a estrutura vertical do solo, deixando o imperme à superfície e provocando a drenagem dos CTM. Por outro lado, contribuem para a exposição do banco de sementes. Nalguns casos a mobilização por gradagens superficiais é acompanhada de sementeira na área do charco, que apesar de não ser bem sucedida acaba por competir com as comunidades vegetais típicas dos CTM. Também é frequente serem efectuadas mobilizações do solo com vista ao nivelamento dos terrenos (terraplanagem) para fins agrícolas, provocando a colmatação dos CTM. A colmatação leva à conversão destas raras Zonas Húmidas em ambientes exclusivamente terrestres. Estas ações de mobilização do solo levam todas à destruição irreversível do habitat.

- Drenagem – como os CTM correspondem frequentemente a áreas que são improdutivas na matriz agrícola, como alternativa à colmatação é frequente assistir à sua drenagem. Para tal, é aberto um dreno que permita escoar a água que se acumula nesta depressão, diminuindo o encharcamento do solo e permitindo que estes terrenos possam ser aproveitados para fins agrícolas, o que resulta inapelavelmente na destruição do habitat. A drenagem dos solos diminui ou elimina a quantidade de água acumulada, provocando o desaparecimento das espécies da fauna e da flora típicas dos CTM e, concomitantemente, permitindo um progressivo incremento nas vivazes heliófitas e um correspondente declínio das plantas anuais típicas dos CTM. A drenagem é geralmente seguida de terraplanagem do solo e de sementeiras intensivas, pelo que o banco de sementes e as formas de resistência são progressivamente destruídos. Se não houver terraplanagem estas situações de degradação poderão eventualmente ser revertidas.

- Afundamento para a construção de reservatórios permanentes – aproveitando o facto de os terrenos terem um elevado grau de encharcamento, alguns agricultores optam por aprofundar e alargar a área do CTM e dispor de um reservatório de água permanente (charca). Este afundamento provoca alterações profundas nas comunidades vegetais e animais, uma vez que surgem espécies exclusivamente aquáticas, levando ao progressivo desaparecimento de muitas espécies características dos charcos temporários. Esta alteração representa a destruição irreversível do habitat.
- Irrigação das culturas – quando é realizada nas imediações dos CTM, modifica o regime hidrológico natural, factor abiótico determinante para todos os grupos de seres vivos dos CTM. Se as descargas dos canais de rega forem frequentes, o efeito no hidroperíodo do CTM é semelhante ao que se verifica com o afundamento. Acresce que, por vezes, a água disponibilizada para rega contribui para a disseminação de espécies que não são típicas das comunidades dos CTM, como é o caso de alguns peixes ou do invasor Lagostim-de-rio (*Procambarus clarkii*) e que tem um forte efeito de predação e competição, que não é comum neste tipo de habitats e que levam rapidamente à degradação da comunidade faunística.
- Sobrepastoreio e cessação do pastoreio - quando realizado de uma forma extensiva o pastoreio tem efeitos positivos para os CTM, uma vez que o gado elimina espécies que competem com a flora típica dos charcos e cria micro-depressões no solo, indispensáveis para a germinação e desenvolvimento de algumas espécies. Em oposição, a sua cessação ou o sobrepastoreio poderão ter efeitos bastante negativos neste tipo de habitats, uma vez que impedem o natural desenvolvimento da flora autóctone, ameaçando com isso a sucessão natural das comunidades da flora e favorecendo a entrada de espécies ruderais transgressivas.
- Fertilização (inputs de nutrientes) e agro-químicos – para alguns insectos e branquiópodes, a contaminação dos charcos por fertilizantes afecta negativamente a sua abundância. A fertilização excessiva pode também contribuir para o alastramento de plantas invasoras e oportunistas. Os ovos e larvas de anfíbios são particularmente sensíveis à aplicação de herbicidas e pesticidas.
- Espécies invasoras – plantas exóticas e com carácter invasor, afectam particularmente as comunidades de terófitos dos CTM, causando uma perturbação rápida e muitas vezes irreversível. Podem surgir no estrato herbáceo (*Cotula coronopifolia*, *Carpobrotus edulis*) ou no arbustivo ou arbóreo (como *Arundo donax* ou *Acacia* sp. pl.). Animais e plantas exóticos causam perturbação por fenómenos de competição e predação, essencialmente sobre as espécies típicas dos CTM.
- Cessação da atividade agrícola – o abandono da agricultura tradicional permite a colonização por plantas vivazes tolerantes ao encharcamento (herbáceas), cuja densidade desfavorece as plantas anuais dos CTM, menos competitivas, sendo mais premente quanto mais efémero for o CTM.

Ameaça 2: Fragmentação de habitats

As alterações e destruição do habitat (remoção indiscriminada do coberto vegetal, implantação de algumas infra-estruturas, alterações na hidrologia e nos solos), têm vindo a promover a fragmentação deste tipo de habitats, remetendo-os para redutos residuais. As atividades que de alguma forma provoquem a alteração do regime hidrológico são especialmente prejudiciais, pois alteram a duração e ou frequência dos períodos de inundação e seca. O isolamento e fragmentação do habitat aumentam a vulnerabilidade destes habitats às pressões antrópicas e aos fenómenos estocásticos. A destruição dos CTM tem-se verificado a um ritmo acentuado nas últimas duas décadas, fomentando a fragmentação e diminuindo a conectividade de habitat, o que é agravado por os CTM se localizarem em terrenos privados. Esta falta de conectividade traduzir-se-á, a médio/longo prazo, no desaparecimento dos fragmentos representativos dos habitats considerados e eventualmente em extinções locais de

meta-populações de flora e fauna. O isolamento acentuado, que se verifica entre alguns CTM, tem repercussões difíceis de reverter na flora e fauna associadas a este habitat.

Ameaça 3: Empobrecimento da biodiversidade associada

Como resultado da destruição e degradação do habitat, tem-se verificado a perda de espécies e de comunidades vegetais e faunísticas espontâneas, próprias destes tipos de habitats, decorrentes da destruição irreversível destas áreas para outros usos. Como diversas espécies de flora e fauna (algumas prioritárias) têm a sua ocorrência restringida a estes habitats, o aumento de perturbação por factores humanos traduz-se em alterações na dinâmica populacional das mesmas, facto que poderá afetar a sua viabilidade a médio/longo prazo.

Ameaça 4: Atividade Silvícola

A atividade silvícola, ao alterar o habitat natural dos charcos e da sua envolvente, constitui uma ameaça aos CTM. A florestação com espécies exóticas (eucalipto e acácias), que são também utilizadas nas cortinas de vegetação para abrigo das culturas agrícolas ao vento, modifica a hidrologia local, uma vez que estas espécies consomem muita água e apresentam uma elevada evapotranspiração, em especial na estação de maior crescimento, que é coincidente com a época de máxima diversidade nos charcos. Para além disso, algumas destas espécies exóticas, nomeadamente as acácias impedem ainda a germinação da flora autóctone no sub-coberto. Por outro lado, a construção de caminhos florestais ou aceiros podem destruir diretamente os CTM ou atuar de forma indireta através da mobilização do solo, de alterações à hidrologia ou pelo efeito barreira que provoca entre habitats próximos.

Ameaça 5: Pressão Turística

O turismo e as perturbações a ele associadas, como a impermeabilização, o aprofundamento, o pisoteio por veículos, a abertura de acessos, a construção de edificações de apoio ao turismo e a realização de determinadas atividades lúdicas (e.g. motocross ou todo-o-terreno), para além de muitas vezes destruírem diretamente os habitats e espécies a eles associados, e constituírem barreiras para a conectividade entre habitats, levam também a uma progressiva perda de qualidade e do estado de conservação dos mesmos. A elevada pressão turística do litoral sudoeste português dificulta também a implementação de medidas de conservação, dado que existem expectativas elevadas por parte dos proprietários para fins urbanísticos nos seus terrenos, apesar das restrições previstas nos instrumentos de ordenamento do território.

Ameaça 6: Desconhecimento dos valores de conservação destes habitats por parte da população

Em geral, as pessoas não têm a noção do grande valor biológico e ecológico deste habitat, uma vez que durante grande parte do ano, os CTM são ecossistemas discretos e pouco apelativos, relativamente inconspícuos, devido à sua pequena dimensão e à reduzida visibilidade paisagística que têm, especialmente no período seco. Comparativamente, com outras zonas húmidas permanentes e de maior dimensão, este habitat está muito mais susceptível à destruição.

Ameaça 7: Alterações climáticas

As alterações climáticas, intra ou interanuais, podem levar progressivamente à regressão da área de ocorrência do habitat.

Outro caso bem ilustrativo é o dos raros mosaicos de Turfeiras [7140 turfeiras de transição e turfeiras ondulantes], urzais-tojais [4020 (*Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica*

ciliaris e *Erica tetralix*) e cervunais higrófilos [6230 (*Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)].

Ameaça 1: Dispersão espacial do turismo de massa

Pode provocando o pisoteio das áreas mais sensíveis. A interdição de instalação de estruturas turísticas e comerciais na área destes habitats deve prevalecer, havendo um reforço, quer num planeamento correto destes territórios vulneráveis e não resilientes, quer na fiscalização de resíduos de atividades turísticas, ou deposição de resíduos (inertes ou outros),

Ameaça 2: Abertura ou ao alargamento de estradas e caminhos sem estudo prévio.

Uma obra deste género facilmente altera o ritmo hidrológico nestes habitats, podendo acelerar a sua dessecação e terrestrialização até ao ponto de não retorno.

Ameaça 3: Drenagem das turfeiras, dos cervunais ou dos matos higrófilos de proteção prioritária.

Esta prática ancestral conduz à alteração do regime hídrico dos ecossistemas locais, acabando por destruí-los. O soterramento das valas de drenagem, onde existe, é uma medida prioritária, podendo ser completada pela instalação de tabiques, que retêm pelo menos parte importante do encharcamento do solos e o regresso das comunidades de musgos do género *Sphagnum*, e, sobretudo quando se caminha para sudoetes, de representantes das famílias *Cyperaceae* (e.g. *Carex demissa*), *Juncaceae* (e.g. *Juncus bulbosus*) e *Poaceae*. (e.g. *Molinia caerulea*) retomando as condições de habitat favoráveis à acumulação de turfas, mais ou menos fibricas consoante o bioconstrutor, importantes em qualquer destes três habitats supra mencionados.

Ameaça 4: O uso de adubos e corretivos nas suas imediações.

Os produtos utilizados por ação antrópica facilmente transpõem os ecótonos e alteram, sobretudo, o ciclo do azoto e do fósforo nestes ecossistemas ativos, levando à diminuição progressiva das comunidades fito e zocenóticas especialistas em biótopos oligotróficos, que vão cedendo terreno a espécies transgressivas generalistas até à destruição total do habitat.

Ameaça 5: O reforço da fiscalização sobre a drenagem de efluentes não tratados.

Tais efluentes rapidamente se disseminam no ciclo ecológico interno destes ecossistemas raros, levando da mesma forma que na ameaça 4, à sua destruição.

Ameaça 6: o uso não parcimonioso de sal nas vias públicas, durante o Inverno.

Sobretudo nas regiões do interior e em áreas montanhosas, onde estes habitats também ocorrem, o cloro e o sódio em excesso podem ferir o funcionamento ecológico destes frágeis ecossistemas.

Ameaça 7: A falta de inventariação e cartografia dos habitats degradados susceptíveis de restauro.

A sua raridade deve levar a uma inventariação o mais completa possível, para que possa proceder-se a uma gestão equilibrada do território. O desconhecimento leva frequentemente a uma degradação amiúde detetada demasiado tarde.

Ameaça 8: Descontrolo da herbivoria em regime extensivo.

Através do contacto informado envolvendo as populações, pode regular-se o pascigo dos gados, adaptando cada caso concreto ao tipo de gado (adaptando o tipo de gado que entra nos habitats à palatibilidade das espécies presentes em cada habitat, assim protegendo o que for

prioritário), sempre com inclusão dos pastores, podendo passar pela instalação de vedações em áreas de ensaio.

Ameaça 9: Abaixamento do nível freático como consequência da sobre-exploração dos aquíferos.

Este problema é particularmente agudo nas turfeiras e matos higrófilos do sudoeste de Portugal Continental, sendo de especial importância realizar monitorizações piezométricas periódicas. Estes raríssimos fragmentos de habitats estão em condição azonal, ou seja, não são resilientes em caso de degradação avançada. Os projetos associados à construção de campos de golfe podem agravar esta ameaça, secando estes habitats em regiões onde a precipitação não compensa a evapotranspiração, sobretudo no estio.

Ameaça 10: a expansão urbano-turística em geral, sem uma gestão sustentável dos recursos hídricos

Ameaça 11: alteração desregulada do uso do solo em áreas de ocupação dos habitats

Ameaça 12: Fragmentação acelerada destes habitats.

Esta ameaça despromove a conectividade entre eles, com graves consequências para a biodiversidade, como é o impedimento do fluxo genético entre populações

Ameaça 13: Ausência de um banco de sementes específico deste habitat.

Tal omissão inviabilizará as ações de restauro de habitats totalmente destruídos, sobretudo nas raras populações do litoral norte e oeste e do sudoeste, mais ameaçadas e reduzidas.

C. DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E LEGAIS PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DOS SÍTIOS DA REDE NATURA 2000

C.1 Disposições legais relevantes

Apreciação: A falta de planos de gestão para as áreas classificadas não coincidentes com áreas protegidas, referida como uma situação transitória, é algo muito preocupante e que se considera condicionante e potencialmente lesiva para a conservação dos respectivos valores naturais.

Como tal, deverá haver uma prioridade clara na elaboração e efetiva aplicação de planos de gestão para todas as áreas classificadas.

Os Planos Diretores Municipais não podem considerar-se suficientes, nem garante de uma adequada gestão destas áreas classificadas.

Na ausência de Planos de Gestão para estas áreas classificadas, o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é também insuficiente para garantir a sua adequada gestão e conservação.

Com efeito, o PSRN2000 não define prioridades (ao nível das espécies ou ações a desenvolver) nem operacionaliza a forma destas serem colocadas em prática, pelo que sem Planos de Gestão para as áreas classificadas ou Planos de Ação para as espécies a conservar, o PSRN2000 será incapaz de cumprir a função que se pretende no âmbito do PAF. A conservação passiva não basta, só a conservação ativa pode garantir que se cumprem os objetivos comunitários.

Mesmo em situações em que existem Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, a proteção das espécies e habitats prioritários não está devidamente assegurada. Por exemplo, o POPNSACV (Plano de Ordenamento do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina) não protege devidamente o habitat 3170* “Charcos Temporários Mediterrânicos”, que não estão corretamente cartografados e, mesmo nos que têm um grau de proteção, esta não tem sido eficaz, pois continuam a verificar-se situações de drenagem e de abastecimento artificial, que destroem as características temporárias destes habitats.

C.2 Progresso e perspectivas no planeamento ds gestão dos sítios

Apreciação:

% de sítios com planos de gestão concluídos	A indicação de que há 0 sítios com planos de gestão concluídos é muitíssimo preocupante.
% de sítios com planos de gestão em preparação	Se juntarmos à indicação acima a seguinte informação - de que não há quaisquer sítios em que se esteja a preparar planos de gestão – podemos ter uma visão catastrófica da gestão dos sítios RN 2000, que simplesmente não existe.

C.3 Planos relevantes de natureza governamental e não-governamental

Apreciação: Não existe um Plano de Ação para a Águia-imperial. O que existe é uma mera estratégia, que resulta da revisão da estratégia espanhola, tendo o Grupo de Trabalho decidido que esta revisão deveria incluir a adaptação à realidade portuguesa e a criação de uma estratégia ibérica. Este documento está em conclusão do ponto de vista técnico, mas ainda não está formalmente aprovado. Para além disto, existe um Plano para a Conservação da População Arborícola da águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), que não deverá ter sido ainda formalmente aprovado. O Plano de Conservação Pós-LIFE Estepárias elenca uma série de ações, que devem ser feitas; quem as deve fazer; e quem deve financiá-las, pelo que não há qualquer razão para que o mesmo não esteja referido nos planos relevantes não-governamentais.

D. EXPERIÊNCIA ACTUAL DO USO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DA UE

D1 Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER)

Apreciação:

Fundo	Disposições	Nível de Uso*
FEADER	213 Pagamentos Natura 2000	
	224 Pagamentos Florestais Natura 2000	
	214 Medidas agro-ambientais	
	225 Medidas silvo-ambientais	Sobre as silvo-ambientais, a classificação correta é MI e não MU
Outros programas de pagamentos relevantes (nacionais ou regionais)		
Sumário das medidas chave relacionadas com a Rede Natura 2000 executadas ao abrigo do Fundo:		
O facto de ter sido abrangida uma parte significativa da Rede Natura 2000 com Medidas Agro Ambientais (ITI) não significa que tenha sido eficaz pois em muitos casos não houve adesão.		
Lições chave e obstáculos encontrados:		
Algumas das medidas existentes no PDR estão desadequadas dos objetivos para os quais foram criadas. Há grandes dificuldades de avaliação do efeito das medidas aplicadas, dada a ausência de monitorização adequada para essa avaliação. Há também dificuldades em saber quais as áreas exatas onde foram aplicadas as medidas.		
No Alentejo, praticamente não abriram concursos dirigidos à Rede Natura 2000; não houve, em nenhum dos outros concursos, dos restantes eixos, uma majoração para projetos que contribuíssem para a Rede Natura 2000. O uso não foi moderado, mas quase nulo (pelo menos no Sul).		

D.3 Fundos Estruturais e Fundo de Coesão

Apreciação:

Fundo	Disposições	Nível de Uso*
FEDER	Categoria 51	
	Categoria 55	
	Categoria 56	
	INTERREG	Não é respondido!
Fundo Social Europeu (FSE)		
Lições chave e obstáculos encontrados:		
Não é respondido! Desta forma será difícil melhorar o nível de execução e a eficácia dos resultados conseguidos com estes fundos...		

**Se disponíveis, deverão ser fornecidas estimativas de montantes. Na sua ausência indicar como MS Muito significativo, UM Uso moderado, UR Uso reduzido, SU Sem uso*

D.4 LIFE+

Fornecer um sumário das alocações do LIFE + para a gestão da Rede Natura 2000

Fundo	Disposições	Nível de Uso*
LIFE+	Natureza e Biodiversidade	
Sumário das medidas chave relacionadas com a Rede Natura 2000 executadas ao abrigo do Fundo:		
Medidas para a conservação dos charcos temporários mediterrânicos (3170) para o SIC da Costa Sudoeste – LIFE12/NAT/PT/000997		
Lições chave e obstáculos encontrados:		
Novamente não é respondido! Desta forma será difícil melhorar o nível de execução e a eficácia dos resultados conseguidos com estes fundos. É importante destacar a grande dificuldade de obtenção no financiamento a nível nacional.		

D.5 Outros Fundos e fontes de financiamento relevantes

Apreciação:

Fundo	Nível de Uso*
Lições chave e obstáculos encontrados:	
Não é respondido! Desta forma será difícil melhorar o nível de execução e a eficácia dos resultados conseguidos com estes fundos...	

E Estimativa mais recente das necessidades de financiamento da gestão da Rede Natura 2000

Apreciação: A estimativa apresentada é referida como sendo de “2008 – sem alterações”. Como tal, questiona-se a sua validade atual e para o período de 2014-2020.

F PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE CONSERVAÇÃO PARA A REDE NATURA 2000 NO PERÍODO 2014-2020

F.1 Sumário das prioridades para o período (e resultados esperados) relativamente aos habitats e espécies prioritárias tendo em conta a necessidade de obter um progresso mensurável na meta constante na Estratégia da UE para a Biodiversidade e de assegurar o bom funcionamento da Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE)

F.2 Sumário das prioridades para outros habitats e espécies protegidas pelas Diretivas Aves e Habitats tendo em conta a necessidade de obter um progresso mensurável na meta constante na Estratégia da UE para a Biodiversidade e de assegurar o bom funcionamento da Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE)

Apreciação: Não são distinguidas as prioridades entre F1 e F2. Para além disso, apenas são apresentadas prioridades gerais, sem se detalharem prioridades ou resultados esperados para as diferentes espécies / habitats. Está demasiado generalista e não apresenta as prioridades de conservação e respetivos resultados esperados, ao invés do que deveria fazer.

Deveriam ser elencadas todas as ações de monitorização regular/censos que se fazem há muitos anos (contagens de aves aquáticas, CAC, CANAN, RAM).

A prioridade deverá ser criar uma estrutura que compile, reúna e disponibilize (com as respetivas salvaguardas, sempre que se justifique) toda a informação recolhida sobre biodiversidade, quer por entidades oficiais (ICNF, Áreas Protegidas, serviços de caça, etc.), pessoas coletivas (em especial, entre sociedades, associações e fundações, as ONGA) e projetos diversos (LIFE, INTERREG, entre outros), de forma a que a toda a informação existente esteja disponível e possa ser trabalhada para aferir efetivos, tendências, etc..

Actualizar as ZPE para espécies prioritárias de instalação recente (abutre-preto e águia-imperial).

G Descrição das medidas chave para alcançar as prioridades**G.1.a Medidas prioritárias gerais para a Rede Natura 2000**

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
Planeamento e gestão		Fala-se em invertebrados terrestres, mas qual é a situação para os invertebrados aquáticos (nomeadamente de água doce)?	

G.1.b Medidas prioritárias para as espécies e habitats florestais e agrícolas da Rede Natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
			INTERREG (Fundos de Coesão) deveria estar mencionado como fonte de financiamento para a Estratégias das Negrófragas, Saramugo, para a Águia-imperial e para o Lobo.
			INTERREG (Fundos de Coesão) e LIFE deveriam estar mencionados como fontes de financiamento para o Plano de Acção do Lince-ibérico
	“Adoptar práticas de pastoreio específicas; Adoptar práticas silvícolas específicas; Assegurar a manutenção de usos agrícolas extensivos; Aumentar pressão do pastoreio; Condicionar acesso;	Para a maior parte destas medidas referidas na coluna à esquerda, cujo alvo é genericamente apenas “identificado no PNSR2000”, as propostas são demasiado vagas, potencialmente contraditórias e	Por outro lado, não se entende porque, para muitas das medidas indicadas, não se indica como potencial fonte de

	<p>Condicionar cultivo de lenhosas; Condicionar drenagem; Condicionar expansão do uso agrícola; Condicionar florestação; Condicionar intensificação agrícola; Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; Condicionar mobilização do solo; Condicionar uso de agro-químicos /adoptar técnicas alternativas; Conservar / recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo; Conservar / recuperar vegetação ribeirinha autóctone; Definir zonas de protecção para a espécie /habitat; Efectuar desmatações selectivas; Efectuar limpezas selectivas de linhas de água, necessárias ao adequado escoamento; Impedir introdução de espécies não autóctones /controlar existentes; Manter / melhorar ou promover manchas de montado aberto; Manter árvores mortas ou árvores velhas com cavidades; Manter olival tradicional existente; Manter práticas de pastoreio extensivo; Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas; Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados; Promover a manutenção de prados húmidos; Promover a recuperação dos zimbrais; Promover a regeneração natural de espécies e povoamentos florestais autóctones; Promover áreas de matagal mediterrânico; Regular uso de açudes e charcas; Remover, por corte mecânico, a biomassa aérea não pastoreada; Salvaguardar de pastoreio; Tomar medidas que impeçam a florestação”</p>	<p>muito pouco claras, caso não venham a ser melhor discriminadas e claramente dirigidas a determinadas áreas, habitats e/ou espécies, como aliás seria expectável num documento como o PAF.</p>	<p>financiamento outros mecanismos para além do FEADER (e.g. LIFE, FEDER, Nacional Público).</p>
	<p>O Plano de Ação da Águia-imperial ainda não existe, pelo que talvez seja necessário começar por aqui, e passar depois à sua implementação</p>		
	<p>Plano de Ação das Aves Estepárias (o que foi feito, aconteceu algures em 2002 e está muito desatualizado)</p>		

Apreciação geral destas medidas: No geral, a descrição e alvo das medidas são demasiado genéricos, fazendo em muitos casos apenas referência ao PNSR2000. Deveriam ser mais concretizadas as opções de gestão e, em qualquer caso, detalhadas as espécies, habitats ou sítios alvo. Refira-se ainda que as fichas do PNSR2000 estão desactualizadas e não incluem todas as espécies prioritárias em Portugal. As medidas deviam estar concretizadas em função de espécies e de habitats e com áreas geográficas bem identificadas. Há muitas medidas supostamente no âmbito FEADER, quando não podem ser financiadas dessa forma, sobretudo quando o que se pretende é uma atuação direcionada a determinada espécie (não podemos estar dependentes de privados para actuarem de forma *ad-hoc*).

G.2 Outras medidas prioritárias

G.2.B Medidas prioritárias para a promoção do turismo verde e do emprego relacionados com a Rede natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
Os tipos de atividade não são indicados			
	“Instalação de sistemas de visitação e turismo da natureza em áreas protegidas e da Rede Natura 2000”	“Sítios determinados da Rede Natura 2000” – Estes sítios deveriam ser expressamente indicados.	

Section H: Monitorização, avaliação e atualização do PAF

Apreciação: Para nosso grande espanto e perplexidade, o documento não menciona que indicadores serão utilizados para a monitorização/avaliação, nem que mecanismos de monitorização/avaliação serão utilizados, o que faz com que a secção H configure não mais do que uma simples uma declaração de intenções. A futura monitorização, avaliação e atualização do PAF será inviabilizada se estes indicadores e mecanismos não forem definidos adequadamente. Por outro lado, será essencial conhecer a forma e local onde as diferentes medidas serão aplicadas, para possibilitar uma avaliação eficaz e séria do seu impacto.

CONTRIBUTOS ADICIONAIS**D1 Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER)**

Fornecer um sumário das alocações das disposições/medidas do Fundo relevantes para a gestão da Rede Natura 2000 (bem como outro financiamento nacional ou regional relevante)

Fundo	Disposições	Nível de Uso*
FEADER	213 Pagamentos Natura 2000	SU. Nunca houve em Portugal
	224 Pagamentos Florestais Natura 2000	SU. Também nunca houve em Portugal
	214 Medidas agro-ambientais	UM. No geral as medidas existem. As medidas específicas para os modos de produção biológica e produção integrada existem e têm tido um aumento considerável, embora não tanto quanto necessário (em especial a produção integrada). As ITIs têm tido baixo nível de adesão visto que o seu desenho e aplicação pelas estruturas locais de apoio não são muitas das vezes baseadas em experiências ao nível local no que respeita à conservação da biodiversidade. O único local onde funcionaram foi a ITI de Castro Verde e a aplicação dos investimentos não produtivos, em especial no Douro Vinhateiro.
	225 Medidas silvo-ambientais	UR. Basicamente nunca passaram à implementação, sendo irrisória a área abrangida.
Outros programas de pagamentos relevantes (nacionais ou regionais)		SU. A coordenação entre o FEADER como FEDER, LIFE+, etc., tem sido na prática inexistente.
<p>Sumário das medidas chave relacionadas com a Rede Natura 2000 executadas ao abrigo do Fundo:</p> <p>- ITIs, da qual o melhor exemplo é a ITI da ZPE de Castro Verde, em que tem existido cooperação com a sociedade civil (as associações de agricultores, as ONGA, os institutos de investigação, a administração local, etc.)</p>		
<p>Lições chave e obstáculos encontrados:</p> <p>- Não é possível a aplicação das medidas agro-ambientais sem que estas medidas sejam debatidas, devidamente explicadas e demonstradas aos agricultores, que são efetivamente aqueles que as aplicam. A experiência de Castro Verde e os projetos da Rede Rural que têm feito a análise da participação e das causas da adesão e não adesão dos agricultores, demonstram a necessidade urgente de unidades de demonstração e da participação ativa dos agricultores no desenho e aplicação das medidas. Os pagamentos de Rede Natura 2000, bem como os efetivos pagamentos dos outros serviços ambientais de ecossistemas, para pagamento da biodiversidade, da paisagem, da água (quantidade e qualidade), do combate à seca e à</p>		

desertificação, bem como do sumidouro de carbono, são vitais. Portugal encontra-se num dos maiores *hotspots* de biodiversidade (23% RN2000) que tem a maior percentagem de SAU de Alto Valor Ambiental (37%) da UE, e em que, simultaneamente, ocorrem os maiores riscos de desertificação, seca e fogos florestais, cujo combate supõe a existência de verbas para a sua implementação.

**Se disponíveis, deverão ser fornecidas estimativas de montantes. Na sua ausência indicar como MS Muito significativo, UM Uso moderado, UR Uso reduzido, SU Sem uso*

D.4 LIFE+

Fornecer um sumário das alocações do LIFE + para a gestão da Rede Natura 2000

Fundo	Disposições	Nível de Uso*
LIFE+	Natureza e Biodiversidade	UM. O orçamento anual nacional para o financiamento dos projetos LIFE+ habitualmente não é completamente utilizado, o que impede uma maior eficácia e abrangência das possibilidades deste financiamento
Sumário das medidas chave relacionadas com a Rede Natura 2000 executadas ao abrigo do Fundo:		
<p>Lições chave e obstáculos encontrados: É necessário que exista um maior apoio a nível nacional, quer ao nível do apoio técnico para elaboração de candidaturas, quer ao nível do apoio institucional para a obtenção de cofinanciamento nacional, quer ainda numa definição clara de prioridades para os projetos LIFE+, até ao momento inexistente.</p>		

**Se disponíveis, deverão ser fornecidas estimativas de montantes. Na sua ausência indicar como MS Muito significativo, UM Uso moderado, UR Uso reduzido, SU Sem uso*

F PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE CONSERVAÇÃO PARA A REDE NATURA 2000 NO PERÍODO 2014-2020

F.1 Sumário das prioridades para o período (e resultados esperados) relativamente aos habitats e espécies prioritárias tendo em conta a necessidade de obter um progresso mensurável na meta constante na Estratégia da UE para a Biodiversidade e de assegurar o bom funcionamento da Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE)

Lince-ibérico (*Lynx pardinus*)

Prioridades de conservação:

- Impedir a extinção da espécie
- Aferição do efetivo populacional da espécie
- Manutenção e recuperação de áreas de habitat adequado à presença da espécie

- Promoção da conectividade entre áreas de habitat adequado para a espécie e permeabilização de potenciais barreiras à deslocação da mesma
- Estabelecimento de uma população estável e reprodutora desta espécie
- Promoção das populações de coelho-bravo e avaliação e estudo epidemiológico das doenças infecto-contagiosas que afectam esta espécie, incluindo a implementação de medidas para o seu combate
- Revisão do Plano de Ação para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal
- Aferição da necessidade de designação de novas áreas Rede Natura 2000 relevantes para a conservação da espécie
- Diminuição dos riscos de mortalidade não natural (atropelamentos, furtivismo, etc.)

Resultados previstos:

- Melhoria da tendência populacional da espécie
- Conhecimento de efetivo e distribuição de espécie
- Proteção de áreas adequadas à presença do lince-ibérico e diminuição do efeito de fragmentação dos habitats
- Estabelecimento e conservação de populações reprodutoras em Portugal
- Melhoria das densidades de coelho-bravo
- Plano de Ação para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal atualizado periodicamente
- Eventual designação de novas áreas Rede Natura 2000 para a conservação desta espécie

Lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*)

Prioridades de conservação:

- Revisão da Lei nº 90/88 regulamentada por Decreto-Lei nº 139/90 (na qual se encontram estabelecidas as bases para a proteção da espécie em Portugal) ao nível de: 1-regulamentação de espécies e sistemas de pastoreio reconhecidos, para pagamentos de indemnizações provocadas por ataques de lobo, incluindo a definição de requisitos mínimos de proteção dos animais; 2-sanções e limites de pena para crimes de abate e captura de lobo
- Aplicação dos Regulamentos CE 1069/2009 e UE 142/2011 (relativos aos subprodutos animais) de forma a avaliar a necessidade de exceções, no âmbito da conservação da espécie, no que respeita à sua alimentação (suplementar) com carcaças,
- Manutenção do Sistema de Monitorização dos Lobos Mortos (implementado e coordenado pelo ICNF)
- Manutenção ou melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Aferição da atual distribuição e efetivo populacional da espécie (último censo realizado em 2002/2003)
- Definição de áreas prioritárias de conservação (i.e. locais de reprodução) e de respectivas medidas de fiscalização, de gestão cinegética e florestal e de ordenamento do território
- Promoção da conectividade entre áreas de habitat adequado para a espécie, permeabilização de potenciais barreiras à deslocação da mesma (e.g. construção ou melhoria de passagens para fauna em auto-estradas)
- Diminuição dos riscos de mortalidade não natural por furtivismo (e.g. laços e veneno)
- Conservação e definição de planos de reintrodução de presas selvagens (i.e. corço e veado)
- Promoção de medidas de prevenção de ataques ao gado doméstico e consequente redução do conflito desta espécie com os seres humanos
- Avaliação de impactos cumulativos resultantes da construção de infra-estruturas (i.e. parques eólicos, barragens e estradas), em particular no interior de Sítios Natura 2000
- Problemática da hibridação com o cão na conservação das populações de lobo-ibérico

- Aferição da necessidade de designação de novas áreas Rede Natura 2000 relevantes para a conservação da espécie, concretamente no núcleo populacional a Sul do rio Douro
- Definição de um Plano de Ação Nacional para a conservação da espécie

Resultados previstos:

- Lei nº90/88 regulamentada por Decreto-Lei nº 139/90 revista de modo a melhorar o processo de avaliação e pagamento de indemnizações e a sua justa compensação
- Criação de zonas de proteção para a alimentação de espécies necrófagas em determinadas áreas da distribuição do lobo em Portugal ao abrigo dos Regulamentos CE 1069/2009 e UE 142/2011, de modo a promover a disponibilidade de fontes alimentares suplementares (carcaças) para esta espécie
- Continuação do Sistema de Monitorização dos Lobos Mortos (implementado e coordenado pelo ICNF)
- Mapa de distribuição atual da espécie, atualização da base de dados das alcateias, avaliação da tendência populacional em Portugal e aferição da necessidade de revisão do estatuto da espécie (permitindo a eficaz avaliação das medidas de conservação aplicadas até à data)
- Estabelecimento de áreas prioritárias de conservação (i.e. proteção de locais de reprodução) e de respectivos planos de fiscalização (e.g. prevenção de furtivismo), de gestão cinegética (e.g. interdição à atividade da caça) e florestal (e.g. calendarização dos trabalhos de acordo com o período de reprodução da espécie), e de ordenamento do território (e.g. interdição à construção de infra-estruturas)
- Diminuição do efeito de fragmentação de habitat
- Intensificação das ações de fiscalização e de aplicação efetiva da lei, para combate ao furtivismo (e.g. laços e veneno)
- Realização de programas de reintrodução de presas selvagens (i.e. corço e veado)
- Adequação das práticas de gestão / pastoreio do gado para diminuição do número de ataques de lobo-ibérico
- Conhecimento das consequências da hibridação na conservação da espécie e aferição da necessidade de mitigação dos seus riscos
- Designação de novas áreas Rede Natura 2000 para a conservação desta espécie e eficaz ordenamento dos Sítios Natura atualmente existentes para garantir, no seu interior, a compatibilização das atividades humanas com a conservação do lobo
- Elaboração e implementação de um Plano de Ação Nacional para a conservação da espécie (que deverá englobar todas as prioridades de conservação mencionadas)

Charcos temporários mediterrânicos (habitat 3170*)

Prioridades de Conservação:

- Levantamento cartográfico a nível nacional da ocorrência do habitat 3170*, tanto na Rede Natura 2000 como fora;
- Melhoria do conhecimento da biodiversidade associada a este habitat e do seu estado de conservação, sobretudo para a Flora e para os Crustáceos Grandes Branquiópodes. No caso dos Grandes Branquiópodes, à exceção das espécies do género *Artemia* (*Anostraca*) todas as espécies encontradas em Portugal são habitantes exclusivos de charcos temporários estando, portanto, a sua sobrevivência totalmente dependente da conservação do habitat. Este grupo taxonómico está ainda pouco estudado, como o demonstra (i) a classificação de duas novas espécies de *Triops* em Portugal, anteriormente consideradas como pertencentes a *Triops mauritanicus* Ghigi, 1921 - *Triops baeticus* Korn, 2010 e *Triops vicentinus*, Korn, Machado, Cristo & Cancela da Fonseca, 2010, e (ii) o elevado número de novas espécies que têm vindo

a ser descritas à escala mundial, em que se inclui a recente descoberta, em Portugal, de uma espécie nova de um género novo para a Europa - *Tanymastigites lusitanica* Machado & Sala, 2013. Algumas das espécies de GB que ocorrem em Portugal são endemismos recentemente classificados: (i) *Tanymastigites lusitanica* Machado & Sala, 2013, conhecida, até à data, de uma pequena área central do sul do Alentejo (1172 km²); (ii) *Triops vicentinus*, Korn, Machado, Cristo & Cancela da Fonseca, 2010, que ocorre no extremo sudoeste de Portugal – concelhos de Vila do Bispo, Silves e Faro; (iii) *Triops baeticus* Korn, 2010, que ocorre na metade sul da Península Ibérica, localizando-se os registos mais a norte na bacia hidrográfica do rio Tejo. Em Portugal, foi registada na zona da Azambuja, nas faixas central e oriental do Alentejo e no extremo sueste do Algarve.

- Incluir as espécies associadas aos Charcos Temporários Mediterrânicos nas Diretivas, Convenções Internacionais e Livros Vermelhos, criando um referencial para o seu estado de proteção.

- Implementação das medidas de proteção como a interdição da drenagem e das dragagens e de quaisquer mobilizações do solo (incluindo lavouras);

- Criar medida agro-ambiental específica para a proteção deste habitat, evitando a sua destruição para fins agrícolas;

- Evitar o sobrepastoreio;

- Promover o restauro de charcos temporários degradados;

- Promover a conectividade do habitat;

- Compreender o funcionamento hidrogeológico deste habitat.

Resultados Esperados:

- Cartografia de base para a proteção do habitat 3170*;

- Proposta de Plano de Ação para Conservação dos Charcos Temporários;

- Aumentar o conhecimento científico deste habitat e do público em geral para a importância de proteger este habitat;

- Conhecimento efetivo da biodiversidade e populações associadas a este habitat;

- Inverter a tendência de regressão acentuada e desaparecimento verificada nas recentes décadas;

- Melhorar o estado de conservação dos charcos temporários existentes.

F.2 Sumário das prioridades para outros habitats e espécies protegidas pelas Directivas Aves e Habitats tendo em conta a necessidade de obter um progresso mensurável na meta constante na Estratégia da UE para a Biodiversidade e de assegurar o bom funcionamento da Rede Natura 2000 (ZEC e ZPE)

Apteromantis aptera

Prioridades de conservação:

- Aferição da efetiva distribuição e densidade populacional

- Estudo das preferências ecológicas da espécie

- Conservação e manutenção das áreas conhecidas da espécie

- Melhoria dos corredores para a espécie, nomeadamente gestão adequada de bermas de estrada e margens de campos agrícolas

- Manutenção de áreas livres de agro-químicos nos locais de ocorrência

Resultados previstos:

- Conservação e recuperação das populações conhecidas
- Aumento do conhecimento biológico sobre a espécie e das suas necessidades
- Aumento da conectividade entre populações
- Conhecimento da densidade e distribuição da espécie

Lucanus cervus

Prioridades de conservação:

- Aferição da efetiva distribuição e densidade populacional
- identificação e designação de áreas prioritárias para a espécie
- Não afectação de áreas de habitat natural para outros usos, nomeadamente de culturas agro-florestais de alóctones
- Elaboração de um Plano de Ação Nacional para a Conservação da espécie

Resultados previstos:

- Conhecimento e conservação das populações conhecidas
- Aumento das densidades populacionais da espécie
- Plano de Ação para a Conservação da espécie, com atualização periódica

Macrothele calpeiana

Prioridades de conservação:

- Aferição da distribuição real da espécie
- Conservação dos seus habitats de ocorrência, sem alteração do uso do solo
- Designação de áreas prioritárias para aumento populacional e gestão para a espécie

Resultados previstos:

- Conhecimento da distribuição e preferências ecológicas da espécie
- Melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Aumento populacional da espécie e melhoria das condições nos seus habitats

Macromia splendens

Prioridades de conservação:

- Aferição da distribuição real da espécie
- Manutenção de linhas de água de fácies mediterrânea oligotrófica, com presença da espécie de acordo com os seus requisitos ecológicos
- Divulgação e educação ambiental sobre a espécie e os seus habitats
- Diminuição dos impactos antropogénicos em áreas de ocorrência da espécie

Resultados previstos:

- Conhecimento da distribuição da espécie
- Aumento das densidades populacionais da espécie
- Consciencialização da sociedade face à preservação da espécie

Euphydrys aurinia

Prioridades de conservação:

- Aferição da distribuição real, atual da espécie
- Estudo da ecologia da espécie ao nível da preferência alimentar, uso do habitat e interação com outras espécies
- Manutenção de sebes e subcoberto florestal em áreas de ocorrência
- Divulgação e educação ambiental sobre a espécie e os seus habitats

Resultados previstos:

- Conhecimento da distribuição atual da espécie
- Medidas de conservação bem direcionadas de acordo com a ecologia da espécie
- Aumento das populações naturais da espécie
- Sensibilização da sociedade para com esta espécie

Proserpinus proserpina

Prioridades de conservação:

- Aferição da distribuição da espécie
- Aumento do conhecimento sobre as preferências ecológicas: plantas alimentícias, habitats
- Manutenção e melhoria dos habitats, especialmente cursos de água em ambiente mediterrânico

Resultados previstos:

- Conhecimento da distribuição real da espécie
- Medidas de gestão dos habitats e da espécie bem direcionadas
- Aumento populacional da espécie

Toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*)

Prioridades de conservação:

- Manutenção estatuto de conservação da espécie
- Aferição do efetivo e distribuição populacional da espécie
- Adequada avaliação dos impactos, incluindo os cumulativos, de infra-estruturas hidráulicas nas populações desta espécie
- Controlo da qualidade água de efluentes urbanos, agrícolas e águas residuais
- Manutenção de áreas de habitat adequado à presença da espécie

Resultados previstos:

- Manutenção do estatuto de conservação da espécie
- Interdição da realização de infra-estruturas hidráulicas com elevado impacto para a conservação da espécie em áreas prioritárias
- Melhoria da qualidade da água dos sistemas aquáticos onde a espécie ocorre
- Diminuição da perda e fragmentação de habitat desta espécie e conservação das atuais áreas de distribuição

Rato de Cabrera (*Microtus cabreræ*)

Prioridades de conservação:

- Conservação e recuperação das populações existentes
- Estimativa de densidades e de distribuição da espécie
- Diminuição da fragmentação do habitat
- Implementação de medidas agro-ambientais que minimizem a degradação do habitat ou contribuam para a sua recuperação (áreas agrícolas e de pastoreio)

Resultados previstos:

- Conservação e recuperação das populações existentes
- Conhecimento de densidades e distribuição da espécie

Gato-bravo (*Felis silvestris*)

Prioridades de conservação:

- Manutenção do estatuto de conservação da espécie
- Aferição do efetivo e distribuição populacional da espécie
- Mitigação dos riscos de hibridação desta espécie com gatos domésticos
- Diminuição da perda e fragmentação do habitat
- Diminuição da mortalidade não natural (atropelamento, furtivismo, etc.)

Resultados previstos:

- Manutenção do estatuto de conservação da espécie
- Conhecimento de efetivo e distribuição de espécie
- Diminuição das consequências da hibridação com gato-doméstico
- Conservação do habitat e diminuição do efeito de fragmentação dos habitats
- Diminuição dos efeitos da mortalidade não natural

Marta (*Martes martes*) e Toirão (*Mustela putorius*)

Prioridades de conservação:

- Obtenção de informação para avaliação do estatuto de conservação da espécie (ambas DD)
- Aferição do efetivo e distribuição populacional da espécie
- Diminuição da perda e fragmentação do habitat (e.g. floresta autóctone)
- Diminuição da mortalidade não natural (atropelamento, furtivismo, etc.)

Resultados previstos:

- Avaliação do estatuto de conservação da espécie
- Conhecimento de efetivo e distribuição de espécie
- Conservação do habitat e diminuição do efeito de fragmentação dos habitats
- Diminuição dos efeitos da mortalidade não natural

Cabra-montês (*Capra pyrenaica*)

Prioridades de conservação:

- Melhoria do estatuto de conservação da espécie

- Avaliação da viabilidade da criação de novos núcleos em áreas com habitat potencial (PN Serra da Estrela, PN serra do Alvão)
- Conservação dos efetivos na região do Parque Nacional Peneda-Gerês
- Conservação e recuperação do habitat de ocorrência da espécie
- Diminuição dos riscos de mortalidade não natural por furtivismo
- Aferição da atual distribuição, do efetivo populacional e da diversidade genética da espécie

Resultados previstos:

- Melhoria no estatuto de conservação da espécie
- Aumento da densidade populacional e expansão da área de distribuição da espécie
- Intensificação das ações de fiscalização e de aplicação efetiva da lei, para combate ao furtivismo, diminuindo os efeitos da mortalidade não natural
- Realização de um censo nacional e revisão do estatuto da espécie

Milhafre-real (*Milvus milvus*)

Prioridades de conservação:

- Manutenção ou melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Aumento da disponibilidade de alimento
- Diminuição da mortalidade não natural devida ao uso ilegal de veneno e ao envenenamento por ingestão de roedores contaminados por raticidas, à electrocussão em linhas eléctricas e à perseguição direta.
- Identificação das áreas prioritárias para a reprodução e invernada da espécie
- Proteção dos dormitórios de invernada
- Monitorizar a população reprodutora de forma a conhecer e minimizar as causas de insucesso reprodutor (e.g. trabalhos florestais, corte das árvores/bosquetes de nidificação, etc.)
- Elaboração de um Plano de Ação para a Conservação do milhafre-real em Portugal

Resultados previstos:

- Melhoria no estatuto de conservação da espécie
- Criação ou manutenção de campos de alimentação para aves necrófagas com uma gestão dirigida ao aproveitamento destes campos pelo milhafre-real
- Conhecimento dos efetivos e distribuição da espécie durante o período reprodutor e invernada, bem como dos principais fatores de ameaça e causas de insucesso reprodutor
- Proteção dos dormitórios de Invernada
- Implementação de medidas agro-ambientais que minimizem a degradação do habitat ou contribuam para a sua recuperação
- Intensificação das ações de fiscalização e de aplicação efetiva da lei, para combate ao uso ilegal de veneno
- Plano de Ação para a Conservação do milhafre-real em Portugal

Britango (*Neophron percnopterus*)

Prioridades de conservação:

- Expansão da sua área de distribuição e estabelecimento de novos núcleos reprodutores, nomeadamente a sul do Tejo

- Reverter a tendência de declínio observada nas últimas décadas
- Diminuição da mortalidade não natural (envenenamento, furtivismo, colisão ou electrocussão, etc.)
- Aumento da disponibilidade de alimento
- Diminuição dos impactos antropogénicos em áreas de nidificação e conservação deste tipo de habitats
- Elaboração de um Plano de Ação Nacional para a conservação da espécie

Resultados previstos:

- Aumento da disponibilidade de alimento através da criação/manutenção de campos de alimentação dirigidos a esta espécie e/ou da criação de áreas de proteção à alimentação de espécies necrófagas.
- Conservação e aumento de áreas de nidificação
- Diminuição dos efeitos da mortalidade não natural
- Plano de Ação para a Conservação do britango em Portugal atualizado periodicamente

Abutre-preto (*Aegypius monachus*)

Prioridades de conservação:

- Expansão da sua área de distribuição e estabelecimento de novos núcleos reprodutores
- Diminuição da mortalidade não natural (envenenamento, furtivismo, colisão ou electrocussão, etc.)
- Promover a manutenção do núcleo reprodutor existente e o aumentar do seu efetivo
- Aumento da disponibilidade de alimento
- Diminuição dos impactos antropogénicos em áreas de nidificação e conservação deste tipo de habitats
- Elaboração de um plano de ação nacional para a conservação da espécie

Resultados previstos:

- Aumento da disponibilidade de alimento através da criação/manutenção de campos de alimentação dirigidos a esta espécie e/ou da criação de áreas de proteção à alimentação de espécies necrófagas.
- Conservação e aumento de colónias de nidificação
- Diminuição da mortalidade não natural
- Plano de Ação para a Conservação do Abutre-preto em Portugal atualizado periodicamente

Águia-imperial (*Aquila adalberti*)

Prioridades de conservação:

- Melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Identificação das áreas prioritárias para a reprodução e dispersão juvenil da espécie
- Promoção das populações de coelho-bravo e avaliação e estudo epidemiológico das doenças infecto-contagiosas que afectam esta espécie, incluindo a implementação de medidas para o seu combate
- Manutenção das árvores e bosquetes com ninhos e também de árvores de grande porte e bosquetes com potencial para a nidificação nas áreas de ocorrência.

- Diminuição da mortalidade não natural devida a perseguição direta, envenenamento e colisão e/ou electrocussão em linhas de transporte de energia
- Compatibilização da presença da espécie com as atividades humanas (agro-silvo-pastoris, cinegéticas, recreativas).
- Elaboração de um Plano de Ação para a Conservação da águia-imperial em Portugal, com base na estratégia Ibérica presentemente em fase de revisão.

Resultados previstos:

- Aumento do número de casais reprodutores
- Conhecimento dos efetivos reprodutores e distribuição da espécie, assim como das áreas de dispersão juvenil
- Intensificação das acções de fiscalização e de aplicação efetiva da lei, para o combate ao uso ilegal de veneno e furtivismo
- Correção e sinalização de linhas de transporte de energia nas zonas de maior densidade da espécie
- Implementação de medidas agro-ambientais que minimizem a degradação do habitat e aumentem a densidade das suas presas naturais
- Conservação dos locais de nidificação e manutenção de locais de nidificação potenciais na área de ocorrência
- Plano de Ação para a Conservação da águia-imperial em Portugal

Águia-de-Bonelli (*Hieraetus fasciatus*)

Prioridades de conservação:

- Manutenção ou melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Diminuição da mortalidade não natural devida a perseguição direta e electrocussão e/ou colisão em linhas de transporte de energia
- Manutenção das árvores e bosquetes com ninhos e também de árvores de grande porte e bosquetes com potencial para a nidificação nas áreas de ocorrência.
- Conservação dos locais de nidificação e manutenção de locais de nidificação potenciais na área de ocorrência
- Elaboração de um Plano de Ação para a Conservação da águia-de-bonelli em Portugal, tendo como base o “Plano de Ação para a Conservação da População Arborícola de águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) de Portugal”

Resultados previstos:

- Melhoria nas práticas de gestão de habitat com vista à conservação de territórios e aumento dos recursos tróficos, através de um reordenamento e gestão ecologicamente sustentados da floresta portuguesa
- Intensificação das acções de fiscalização e de aplicação efetiva da lei, para combate ao furtivismo
- Correção e/ou sinalização de linhas de transporte de energia nas zonas de maior densidade da espécie
- Implementação de Plano de Ação para a Conservação da águia-de-bonelli em Portugal

Águia-real (*Aquila chrysaetos*)

Prioridades de conservação:

- Conservação das áreas de reprodução da espécie e recuperação das sub-populações nas regiões Noroeste e Sul de Portugal
- Melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Diminuição da mortalidade não natural (envenenamento, furtivismo, colisão ou electrocussão, etc.)
- Aumento da disponibilidade de presas naturais
- Diminuição dos impactos antropogénicos em áreas de nidificação e conservação deste tipo de habitats

Resultados previstos:

- Conservação e aumento de áreas de nidificação e do efetivo reprodutor
- Melhoria do estatuto de conservação da espécie
- Diminuição dos efeitos da mortalidade não natural
- Correção e/ou sinalização de linhas de transporte de energia nas zonas de maior densidade da espécie
- Aumento da disponibilidade alimentar

Cegonha-preta (*Ciconia nigra*)

Prioridades de conservação:

- Manter os efetivos reprodutores e sua área ocupação.
- Reduzir a mortalidade não natural.
- Conservar as áreas de nidificação e de alimentação e manter ou aumentar a disponibilidade trófica.
- Conservar os locais de concentração pós-nupcial.
- Existência de plano de ação para a espécie.

Resultados previstos:

- Conhecimento de efetivo e distribuição de espécie
- Manutenção ou incremento da população nidificante.
- Manter ou melhorar a qualidade do habitat de alimentação, em particular da qualidade da água nas zonas húmidas onde se alimenta.
- Obter e aplicar ferramentas de ordenamento que assegurem a salvaguarda da tranquilidade das áreas de nidificação, de alimentação e de concentração pós-nupcial, em particular das atividades florestais, recreativas e extração de inertes e também da instalação de infra-estruturas de risco, como barragens, parques eólicos e linhas de distribuição e transporte de energia.
- Sinalizar linhas de transporte e distribuição de energia em áreas importantes para a espécie, nomeadamente áreas importantes para a nidificação e áreas de concentração pós-nupcial.
- Aumentar a disponibilidade de presas (abertura, ampliação, manutenção de charcas e açudes e seu repovoamento piscícola e com anuros)
- Aumentar a disponibilidade de estruturas de suporte de ninhos.

Aves marinhas e de águas costeiras

Cagarra (*Calonectris diomedea*), fura-bucho (*Puffinus mauretanicus*), roquinho (*Oceanodroma castro*), corvo-marinho-de-poupa (*Phalacrocorax aristotelis*), pato-preto (*Melanitta nigra*), gaivota-de-asa-escura (*Larus fuscus*), airo (*Uria alge*), gaivota-de-audouin

(*Larus audouinii*), andorinha-do-mar-cáspio (*Sterna caspia*), garajau (*Sterna sandvicensis*), andorinha-do-mar-comum (*Sterna hirundo*), andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*)

Prioridades de conservação:

- Aumentar o conhecimento da utilização dos habitats marinhos, com destaque para as áreas *offshore*, e das espécies
- Manter ou aumentar as populações e melhorar o seu estatuto de conservação
- Manter o estatuto de conservação favorável dos habitats

Resultados previstos:

- Melhor conhecimento sobre as espécies e o uso do habitat
- O estatuto de conservação das espécies é mantido ou melhorado
- Implementação de medidas de minimização do impacto da atividade piscatória
- Criação de novas áreas marinhas classificadas

Aves de zonas estuarinas e costeiras

Mergulhão-de-pescoço-preto (*Podiceps nigricollis*), águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), ostraceiro (*Haematopus ostralegus*), alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), seixoeira (*Calidris canutus*), pilrito-de-bico-comprido (*Calidris ferruginea*), pilrito-escuro (*Calidris marítima*), combatente (*Philomachus pugnax*), maçarico-galego (*Numenius phaeopus*), perna-vermelha-escuro (*Tringa erythropus*), perna-vermelha (*Tringa totanus*), perna-verde (*Tringa nebularia*), maçarico-bique-bique (*Tringa ochropus*), maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*), gaivota-de-audouin (*Larus audouinii*), gaivina-de-bico-vermelho (*Sterna caspia*), garajau-comum (*Sterna sandvicensis*), andorinha-do-mar-comum (*Sterna hirundo*), andorinha-do-mar-anã (*Sterna albifrons*), coruja-do-nabal (*Asio flammeus*) e anatídeos e ardeídeos.

Prioridades de conservação:

- Manter ou aumentar as populações e melhorar o seu estatuto de conservação
- Manter ou aumentar as condições de sustentabilidade dos habitats de alimentação, repouso e reprodução
- Reduzir as causas de mortalidade não natural e minimizar os impactes da perturbação por atividades antropogénicas
- Promover a continuidade das rotas migratórias e a conetividade entre zonas húmidas
- Classificar zonas estuarinas importantes ainda sem figura de proteção (e.g. Estuário do Mondego)
- Recolonização das áreas de reprodução da águia-pesqueira nas regiões costeiras do sul de Portugal

Resultados previstos:

- Conhecimento de efetivos, distribuição e tendências das espécies
- O estatuto de conservação das espécies é mantido ou melhorado
- A extensão e qualidade dos habitats são mantidas ou melhoradas. Isto inclui a manutenção das áreas de salinas e pisciculturas extensivas e sapais, evitando a sua conversão em pisciculturas intensivas ou drenagem para outros fins.
- Redução dos factores de perturbação humana nas áreas de alimentação, repouso e nidificação das aves
- Aumento de qualidade da água devida ao tratamento dos efluentes

Aves de zonas húmidas de água doce

Abetouro (*Botaurus stellaris*), garçote (*Ixobrychus minutus*), goraz (*Nictycorax nictycorax*), papa-ratos (*Ardeola ralloides*), garça-vermelha (*Ardea purpurea*), colhereiro (*Platalea leucorodia*), flamingo (*Phoenicopterus roseus*), frisada (*Anas strepera*), pato-colhereiro (*Anas clypeata*), pato-de-bico-vermelho (*Netta rufina*), zarro-comum (*Aythya ferina*), zarro-comum (*Aythya fuligula*), zarro-castanho (*Aythya nyroca*), merganso-de-poupa (*Mergus serrator*), águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), águia-sapeira (*Circus aeruginosus*), caimão (*Porphyrio porphyrio*), galeirão-de-crista (*Fulica cristata*), franga-d'água-pequena (*Porzana pusilla*), franga-d'água-grande (*Porzana porzana*), gaivina-de-bico-preto (*Gelochelidon nilotica*), gaivina-dos-pauís (*Chlydonias hybrida*), passeriformes paludícolas.

Prioridades de conservação:

- Manter ou aumentar os efetivos reprodutores e invernantes e sua área ocupação.
- Fixar casais nidificantes de espécies muito raras e irregulares (abetouro, zarro-castanho, galeirão-de-crista, gaivina-dos-pauís)
- Manter ou aumentar as condições de sustentabilidade dos habitats de alimentação, repouso e reprodução
- Reduzir as causas de mortalidade não natural (e.g. saturnismo e colisão com linhas eléctricas) e minimizar os impactes da perturbação antropogénica
- Promover a continuidade das rotas migratórias e a conetividade entre zonas húmidas
- Classificar zonas húmidas importantes ainda sem figura de proteção (e.g. Lagoa dos Salgados)
- Elaborar planos de gestão para as zonas húmidas

Resultados previstos:

- Conhecimento de efetivos, distribuição e tendências das espécies
- Manutenção ou incremento das populações nidificantes e invernantes
- Fixação de casais nidificantes regulares de espécies muito raras e irregulares (abetouro, perra, galeirão-de-crista, gaivina-dos-pauís)
- Manter ou melhorar a qualidade do habitat de alimentação, em particular da qualidade da água nas zonas húmidas, mediante restrições às alterações ao uso dos solos (em especial, no que respeita à destruição de caniçais, pauís e arrozais) e ao uso de agro-químicos e ainda ao controlo de fontes de poluição aquática
- Aumento da área de caniçais e zonas húmidas similares disponível
- Aumento de áreas com vegetação aquática emergente (caniço, tabua, bunho, juncos, etc.) junto a valas de irrigação, cursos de água, açudes e barragens
- Assegurar a salvaguarda da tranquilidade das áreas importantes para a espécie, em particular das recreativas, e interditar a instalação de infra-estuturas de risco, como sejam parques eólicos e linhas de distribuição e transporte de energia
- Assegurar a manutenção dos níveis de água durante o período reprodutor nas áreas mais importantes
- Melhor qualidade da água nas zonas húmidas
- Interdição do uso de chumbo na atividade cinegética em zonas húmidas
- Condicionamento/interdição do uso de artes de pesca potencial ou comprovadamente letais para algumas das espécies (e.g. patos-mergulhadores, caimão) nas zonas húmidas mais importantes para elas
- Aplicação de planos de gestão para as ZPE mais importantes

Passeriformes paludícolas

Felosa-aquática (*Acrocephalus paludicola*), rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*), felosa-unicolor (*Locustella luscinioides*), chapim-de-mascarilha (*Remiz pendulinus*), escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*)

Prioridades de conservação:

- Manter ou incrementar os efetivos populacionais das diferentes espécies
- Garantir a preservação de zonas húmidas com condições propícias para as espécies
- Assegurar a manutenção da qualidade do habitat dessas áreas
- Criar planos de gestão para as zonas húmidas importantes para estas espécies

Resultados previstos:

- Manutenção da boa qualidade dos habitats de nidificação e alimentação (implica a manutenção da diversidade de micro-habitats que constituem estas áreas)
- Manutenção de uma boa rede de zonas húmidas no país
- Ter ferramentas de monitorização da situação populacional das diferentes espécies de forma a compreender as suas tendências populacionais
- Assegurar a manutenção dos níveis de água durante o período reprodutor nas áreas mais importantes
- Restrição ao uso de agro-químicos nas áreas mais importantes para a conservação das espécies e melhoria da qualidade da água (tratamento de efluentes)
- Planos de gestão para as ZPE mais importantes

Aves estepárias

Peneireiro-cinzento (*Elanus caeruleus*), tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), peneireiro-das-torres (*Falco naummani*), esmerilhão (*Falco columbarius*), abetarda (*Otis tarda*), sisão (*Tetrax tetrax*), grou (*Grus grus*), alcaravão (*Burhinus oedipnemus*), perdiz-do-mar (*Glareola pranticola*), cortiçol-de-barriga-preta (*Pterocles orientalis*), ganga (*Pterocles alchata*), rolieiro (*Coracias garrulus*)

Prioridades de conservação:

- Manter ou aumentar as populações e melhorar o estatuto de conservação das diferentes espécies
- Manter áreas extensas de cerealicultura e pastorícia extensivas, em sistema de rotação
- Impedir a perda e fragmentação do habitat (impedir a conversão dos terrenos agrícolas extensivos para áreas de agricultura intensiva ou florestas)
- Minimizar o impacto do corte de fenos
- Manter ou aumentar as condições de sustentabilidade dos habitats de alimentação
- Manter as áreas de lek de abetarda atualmente existentes
- Manter incrementar a disponibilidade de locais de nidificação para o peneireiro-das-torres
- Reduzir a mortalidade não natural, nomeadamente a mortalidade por colisão com linhas elétricas no caso da abetarda e do sisão;
- Reduzir a instalação de novas vedações em áreas de parada nupcial e instalar passagens para a fauna nas vedações existentes;
- Promover a sinalização de vedações para minimizar a mortalidade por colisão;
- Promover áreas de refúgio durante a época venatória e uma gestão cinegética promotora das aves estepárias.
- Promover medidas de adaptação às alterações climáticas.
- Promover a recolha e recuperação de aves estepárias debilitadas e feridas.
- Assegurar a monitorização das populações
- Promover a educação ambiental e sensibilização das populações.

- Criar mecanismos de valorização dos produtos que contribuem para a conservação das aves estepárias.
- Efetuar e aprovar o Plano de Ação para a Conservação das Aves Estepárias.

Resultados previstos:

- Estatuto das espécies mantido ou melhorado
- Manutenção das áreas de habitat importante para as espécies e aplicação de práticas de gestão adequadas, nomeadamente no que diz respeito às práticas culturais e pecuárias (ceifa, pastoreio com encabeçamento adequado e áreas sem pastoreio durante a época de reprodução), rotação de culturas, abandono parcial ou temporário (faixas/parcelas não cultivadas), interdições de conversão em agricultura intensiva, florestações e cultivos de lenhosas, de forma a ir de encontro aos requisitos ecológicos das diferentes espécies
- Compatibilização da conservação das espécies com as atividades cinegética e recreativas
- Compatibilização dos traçados de linhas eléctricas novas com as áreas estepárias mais importantes e sinalização com dispositivos FBF Rotativos nas linhas eléctricas existentes

Aves rupícolas

Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), abutre-do-egipto (*Neophron percnopterus*), grifo (*Gyps fulvus*), águia-real (*Aquila chrysaetos*), águia-de-bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), bufo-real (*Bubo bubo*), chasco-preto (*Oenanthe leucura*), gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), corvo (*Corvus corax*)

Prioridades de conservação:

- Manter os efetivos reprodutores e sua área ocupação
- Identificar causas de insucesso reprodutor
- Diminuição da mortalidade não natural, em particular a devida ao uso ilegal de veneno à electrocussão em linhas eléctricas e à perseguição direta
 - Conservar as áreas de nidificação, em particular no que respeita às condições de tranquilidade, e de alimentação e manter ou aumentar a disponibilidade trófica
- Aumento da disponibilidade de alimento.

Resultados previstos:

- Conhecimento de efetivo e distribuição das espécies
- Conhecimento das causas de insucesso reprodutor
- Manutenção ou incremento da população nidificante
- Manter ou melhorar a qualidade dos habitats de alimentação e do mosaico agrosilvopastoril
- Criação ou manutenção de campos de alimentação para aves necrófagas
- Obtenção e aplicação de ferramentas de ordenamento que assegurem a salvaguarda da tranquilidade das áreas de nidificação, de alimentação e de concentração pós-nupcial (cegonha-preta), em particular das atividades florestais, recreativas e também da instalação de infra-estuturas de risco, como barragens, parques eólicos e linhas de distribuição e transporte de energia.
- Sinalização de linhas de transporte e distribuição de energia em áreas importantes para as espécies.
- Aumento da disponibilidade de presas.

Aves de rapinas florestais e noitibós

Falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), açor (*Accipiter gentilis*), águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), águia-calçada (*Aquila pennata*), ógea (*Falco subbuteo*), noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*), noitibó-de-nuca-vermelha (*Caprimulgus ruficollis*)

Prioridades de conservação:

- Manter ou aumentar as populações e melhorar o estatuto de conservação
- Conservar as áreas de reprodução e alimentação
- Assegurar a segurança nos principais corredores migratórios

Resultados previstos:

- Manter/melhorar as manchas florestas autóctones existentes, assim como criar condições para a regeneração natural das mesmas;
- Condicionar as plantações florestais de elevada densidade, e.g. de *Eucalyptus globulus* ou de *Pinus pinaster* (em particular nos vales e linhas de água);
- Interditar a substituição de manchas florestais autóctones por espécies de crescimento rápido
- Assegurar a existência de descontinuidades nas áreas de plantações florestais de elevada densidade (corredores não plantados ao longo de linhas de água, cristas serranas) e definição de áreas máximas que terão de ser intercaladas com áreas de floresta autóctone)
- Implementar limites máximos de densidade de plantação nas ações de beneficiação ou arborização
- Correta gestão das podas (tanto na intensidade, como na extensão e ordenamento no espaço)
- Criação de normas para condicionar a realização de atividades florestais durante a época de nidificação, de forma a minimizar a perturbação e as perdas acidentais de ninhos ativos (com ovos ou crias)
- Promover a manutenção e recuperação de sistemas de agricultura e pecuária tradicionais e também do reordenamento da floresta portuguesa, de modo a preservar e criar espaços florestais diversificados, tanto ao nível dos cobertos arbóreos como de outros, e a prevenir a ocorrência dos grandes incêndios florestais
- Implementar normas de gestão cinegética nas áreas de habitat destas espécies coincidentes com zonas de caça
- Reduzir o impacte das linhas eléctricas de transporte de energia
- Generalizar a aplicação de medidas de minimização dos problemas com a electrocussão a todo o território nacional e em particular em todas as linhas eléctricas a construir
- Regular o uso de pesticidas e adoptar técnicas alternativas
- Condicionar a instalação de parques eólicos nas áreas mais importantes para a migração das espécies migratórias no nosso país
- Implementação de sistemas de sinalização e paragem de todos os parques eólicos localizados nas principais áreas de migração

Aves de zonas montanhosas

Águia-caçadeira (*Circus pygargus*), tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), narceja (*Gallinago gallinago*), petinha-das-árvores (*Anthus trivialis*), petinha-ribeirinha (*Anthus spinoletta*), cartaxo-nortenho (*Saxicola rubetra*), melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*), ferreirinha-alpina (*Prunella collaris*), felosa-das-figueiras (*Sylvia borin*), picanço-de-dorso-ruivo (*Lanius collurio*), gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhonorax pyrrhonorax*), escrevedeira-amarela (*Emberiza citrinella*)

Prioridades de conservação:

- Manter ou incrementar os efetivos populacionais das diferentes espécies
- Garantir a preservação do mosaico de habitats com condições propícias para estas espécies

- Promover a manutenção e restauro das turfeiras e de habitats para e periturfosos
- Assegurar a manutenção da qualidade do habitat dessas áreas

Resultados previstos:

- Manutenção da boa qualidade dos habitats de nidificação e alimentação (implica a manutenção de um mosaico constituído por zonas agrícolas não intensivas e bastante parceladas, sebes, pastagens, matos, bosques autóctones, turfeiras e galerias ripícolas bem conservadas)
- Aumento da área ocupada por turfeiras mediante sua proteção e restauro
- Restrição ao uso de agro-químicos
- Ter ferramentas de monitorização da situação populacional das diferentes espécies de forma a compreender as suas tendências populacionais

Flora de turfeiras de transição e turfeiras onduladas (7140), com mosaicos de cervunais (*6230) e matos de urzais-tojais higrófilos atlânticos com *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* (*4020), com, entre outras (não obstante algumas diferenças de latitude e de altitude) *Genista berberidea*, *Gentiana pneumonanthe*, *Sphagnum* sp. pl., *Genista anglica*, *Nardum stricta*, *Genista ancistrocarpa*, *Carex nigra*, *Drosera rotundifolia*, *Drosera intermedia*, *Juncus squarrosus*, *Arnica montana* subsp. *atlantica*, *Eriophorum angustifolium*, *Juncus bulbosus*, *Anagallis tenella*, *Carex panicea*, *Carex demissa*, *Carex echinata*, *Myrica gale*, *Pinguicula lusitanica*, *Cirsium palustre*) e **Flora de charcos temporários mediterrânicos** (*Eryngium corniculatum*, *Thorella verticillatinundata*, *Isoetes setaceum*) e fauna associada (*Triops vicentinus*, *Cyzicus grubei*, *Maghrebetheria maroccana*, *Branchipus cortesi*, *Lissotriton boscai*, *Triturus pygmaeus*, *Pleurodeles waltl*, *Pelodytes* sp pl, *Epidalea calamita*, *Bufo spinosus*, *Pelobates cultripes*, *Emys orbicularis*, *Microtus cabreræ*, *Arvicola sapidus*).

Prioridades de conservação:

- concentração espacial do turismo, evitando o pisoteio das áreas mais sensíveis
- interdição de instalação de estruturas turísticas e comerciais na área destes habitats
- reforço na fiscalização de resíduos de atividades turísticas, ou deposição de resíduos (inertes ou outros),
- condicionamento à abertura ou ao alargamento de estradas e caminhos
- interdição da drenagem das turfeiras
- interdição o uso de adubos e corretivos nas suas imediações
- reforço da fiscalização sobre a drenagem de efluentes não tratados
- uso parcimonioso de sal nas vias públicas, durante o Inverno, em áreas de altitude
- cartografar o zonamento de proteção para os habitats
- inventariar e cartografar os habitats degradados susceptíveis de restauro
- reposição de condições de habitat favoráveis à acumulação de turfa (soterramento das valas de drenagem, controlo da herbivoria através de vedações, controlo da hidrologia local através da instalação de tabiques, redução de fontes de poluição, etc.)
- monitorizar o abaixamento do nível freático como consequência da exploração dos aquíferos
- Condicionamento à expansão urbano-turística, promovendo uma gestão sustentável dos recursos hídricos
- Interdição à alteração do uso do solo em áreas de ocupação dos habitats
- Produção de cartografia georreferenciada dos charcos e da biodiversidade associada;

- Estudo do funcionamento hidrogeológico destes habitats;
- Estabelecimento de normas de gestão para a manutenção do estado de conservação favorável dos charcos;
- Demonstração de técnicas de restauro ecológico deste habitat;
- Promoção de conectividade entre estes habitats;
- Recuperação de um mosaico de ecossistemas turfosos, paraturfosos e periturfosos (em contacto catenal) para fins didáticos e visitação;
- Criação de um banco de sementes específico destes habitats, que será utilizado para as ações de restauro e como salvaguarda de referência genética da flora destes habitats;
- Sensibilização para o valor deste habitat e das espécies emblemáticas que alberga e a importância de conservarmos esta riqueza natural milenar.

Resultados previstos:

- recuperação e a conservação ativa de [habitats prioritários ou importantes da Rede Natura 2000](#): Turfeiras [7140 turfeiras de transição e turfeiras ondulantes], Charcos temporários mediterrânicos [3170* (Charcos Temporários Mediterrânicos)], urzais-tojais [4020 (*Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*)] e cervunais higrófilos [6230 (*Formações herbáceas de *Nardus*, ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)].
- redução drástica da tendência de declínio dos CTM que se tem verificado até agora (estimada em 52% nos últimos 10 anos, apenas para o concelho de Odemira)
- recuperação dos charcos em estado de conservação desfavorável

Endemismos florísticos lusitanos (*Adenocarpus anisochilus*, *Anarrhinum longipedicellatum*, *Anthyllis vulneraria* subsp. *sampaioana*, *Aphanes lusitanica*, *Arabis beirana*, *Arabis sadina*, *Arenaria querioides* subsp. *fontiqueri*, *Armeria arcuata*, *Armeria berlengensis*, *Armeria eriophylla*, *Armeria neglecta*, *Armeria pinifolia*, *Armeria pseudoarmeria*, *Armeria rouyana*, *Armeria sampaioi*, *Armeria welwitschii* subsp. *cinerea*, *Armeria welwitschii* subsp. *welwitschii*, *Asphodelus bento-rainhae* subsp. *bento-rainhae*, *Asphodelus lusitanicus* var. *lusitanicus*, *Avenula hackelii* subsp. *hackelii*, *Avenula hackelii* subsp. *stenophylla*, *Avenula pratensis* subsp. *lusitanica*, *Bellevalia hackelii*, *Carduus lusitanicus* subsp. *broteroi*, *Centaurea alba* subsp. *strepens*, *Centaurea crocata*, *Centaurea herminii*, *Centaurea limbata* subsp. *lusitana*, *Centaurea occasus*, *Centaurea paniculata* subsp. *rothmalerana*, *Centaurea sphaerocephala* subsp. *lusitanica*, *Centaurea vicentina*, *Centaurea vinyalsii* subsp. *approximata*, *Ceratocarpus claviculata* subsp. *picta*, *Chaenorhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*, *Cirsium welwitschii*, *Cistus ladanifer* subsp. *sulcatus*, *Coincya cintrana*, *Convolvulus fernandesii*, *Crepis calycina*, *Daucus carota* subsp. *halophilus*, *Deschampsia stricta*, *Dianthus cintranus* subsp. *cintranus*, *Dianthus laricifolius* subsp. *marizii*, *Digitalis purpurea* subsp. *amandiana*, *Diploxys siifolia* subsp. *vicentina*, *Dittrichia maritima*, *Dittrichia viscosa* subsp. *revoluta*, *Doronicum plantagineum* subsp. *tournefortii*, *Echium rosulatum* subsp. *davaei*, *Euphorbia paniculata* subsp. *monchiquensis*, *Euphorbia paniculata* subsp. *welwitschii*, *Euphorbia transtagana*, *Festuca brigantina* subsp. *brigantina*, *Festuca duriotagana* var. *duriotagana*, *Festuca henriquesii*, *Gagea lusitanica*, *Gagea tenuis*, *Galium belizianum*, *Halimium umbellatum* var. *verticillatum*, *Herniaria algarvica*, *Herniaria lusitanica* subsp. *berlengiana*, *Herniaria maritima*, *Hyacinthoides vicentina* subsp. *transtagana*, *Hyacinthoides vicentina* subsp. *vicentina*, *Iberis procumbens* subsp. *microcarpa*, *Iris xiphium* var. *lusitanica*, *Jasione crispa* subsp. *crispa*, *Jasione maritima* var. *sabularia*, *Jonopsidium acaule*, *Juncus valvatus* var. *valvatus*, *Juniperus navicularis*, *Klasea algarbiensis*, *Klasea baetica* subsp. *lusitanica*, *Lamium coutinhoi*, *Leontodon pyrenaicus*

subsp. *herminicus*, *Leucanthemopsis flaveola* subsp. *alpestris*, *Leucanthemum sylvaticum*, *Leuzea longifolia*, *Limonium daveaui*, *Limonium lanceolatum*, *Limonium laxiusculum*, *Limonium multiflorum*, *Limonium nydeggeri*, *Limonium plurisquamatum*, *Linaria algarviana*, *Linaria amethystea* subsp. *multipunctata*, *Linaria bipunctata* subsp. *glutinosa*, *Linaria diffusa*, *Linaria ricardoii*, *Malcolmia triloba* subsp. *gracilima*, *Murbeckiella sousae*, *Narcissus calcicola*, *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *confusus*, *Narcissus scaberulus*, *Omphalodes kuzinskyanae*, *Ononis hackelii*, *Phalaris coerulescens* subsp. *lusitanica*, *Picris spinifera* subsp. *algarbiensis*, *Pseudarrhenatherum pallens*, *Pulicaria microcephala*, *Quercus coccifera* subsp. *rivasmartinezii*, *Ranunculus henriquesii*, *Santolina impressa*, *Saxifraga cintrana*, *Scrophularia grandiflora*, *Senecio doricum* subsp. *lusitanicus*, *Senecio pyrenaicus* subsp. *caespitosus*, *Sideritis arborescens* subsp. *lusitanica*, *Silene cintrana*, *Silene foetida* subsp. *foetida*, *Silene longicilia*, *Silene rothmaleri*, *Tanacetum gracilicaule*, *Tanacetum mucronulatum*, *Taraxacum algarbiense*, *Taraxacum duriense*, *Taraxacum lucipedatum*, *Taraxacum lusitanicum*, *Taraxacum trifforme*, *Teucrium salviastrum*, *Teucrium vicentinum*, *Thymus camphoratus*, *Thymus capitellatus*, *Thymus lotocephalus*, *Thymus villosus* subsp. *villosus*, *Tuberaria globulariifolia* var. *major*, *Ulex airensis*, *Ulex argenteus* subsp. *argenteus*, *Ulex australis* subsp. *welwitschianus*, *Ulex densus*, *Ulex erinaceus*, *Ulex jussiaei*, *Verbascum litigiosum*); Incluindo também: *Plantago almogravensis*, *Linaria coutinhoi*, *Linaria ficalhoana*, *Narcissus fernandesii*, *Narcissus willkommii*, *Narcissus calcicola*, *Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis*

Prioridades de conservação:

- Focagem absoluta na prioridade da elaboração do Livro Vermelho das Plantas Vasculares de Portugal.
- Colocação do enfoque na preservação *in-situ* das colónias ou populações *stricto sensu*; deste modo é possível proteger entidades anteriormente descritas como endemismos lusitanos.
- Garantir, através da preservação *in-situ* das populações, a salvaguarda dos habitats em que estes taxa ocorrem.
- Elaboração de elencos baseados em vários critérios: endemismos portugueses, endemismos ibéricos, orquídeas, espécies de dunas, aquáticas, de montanha, de turfeiras sublitorais e de turfeiras de montanha etc, listas estas já disponíveis no portal Flora-On no índice temático.
- Monitorização do avanço das espécies invasoras e seu impacto sobre a Flora e os habitats naturais, nas espécies silvestres próximas dos cultivares “*crop wild relatives*”,
- Modelar o impacto das mudanças climáticas, abrangendo todo o elenco florístico do país.

Resultados previstos:

- Elaboração da Lista Vermelha de Espécies da Flora, tendo como “*Target species/habitats/sites*”: todas as espécies da RN2000 e as novas a incluir
- Promover a publicação da argumentação científica ou técnica, para se tornar disponível para todos
- Bases de dados que possam servir de referência, dado que a informação disponibilizada está em constante actualização, para além de não ser perene.
- Acrescento de *taxa* à lista das espécies da Diretiva
- Desenvolvimento de um trabalho de pesquisa bibliográfica, com uma resenha de todas as novidades florísticas e avaliação do estado das populações.
- Tomada em consideração os novos *taxa* que foram descritos para Portugal, por vários autores, dentro e fora do país, tarefa que implicará portanto a colaboração de todos os botânicos, incluindo os de outras entidades como a ALFA, universidades, etc.

- Manutenção da boa qualidade dos habitats de abrigo das espécies mais vulneráveis (implica a manutenção de um mosaico constituído por áreas agrícolas não intensivas e bastante parceladas, sebes, pastagens, matos, bosques autóctones e galerias ripícolas bem conservadas)
- Aumento da área ocupada por turfeiras mediante sua proteção e restauro
- Restrição ao uso de agro-químicos
- Ter ferramentas de monitorização da situação populacional das diferentes espécies de forma a compreender as suas tendências inter e intrapopulacionais

F.3 Prioridades estratégicas relativas a investimentos na Rede Natura 2000 relacionados com o turismo verde e emprego, o apoio à mitigação e adaptação às alterações climáticas, outros benefícios fornecidos pelos ecossistemas, investigação, educação, formação, sensibilização e com a promoção da cooperação (incluindo transfronteiriça) na gestão a Rede Natura 2000

Criação de sistemas de certificação de produtos que valorizem as atividades existentes na Rede Natura 2000;

Promoção do conhecimento da Rede Natura 2000 através da educação ambiental nas escolas e de campanhas nos meios de comunicação;

Promoção de infraestruturas e material de divulgação e sensibilização para uma visita sustentável na Natura 2000;

Definição e implementação de uma estratégia de medidas de adaptação às alterações climáticas para as espécies e habitats prioritários.

G Descrição das medidas chave para alcançar as prioridades

G.1.a Medidas prioritárias gerais para a Rede Natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
1,2, 7	Avaliação da necessidade de designação de área de Rede Natura 2000 em Portugal, incluindo de áreas marinhas	<p>Áreas marinhas Vale do Rio Chança Serra de Leomil, Serra de Lapa, Serra de Trancoso Lagoa dos Salgados e outras zonas húmidas Estuário do Mondego e outras áreas estuarinas Serra de Penha Garcia Serra de Vila Velha de Ródão Serra do Mira (Beja)</p> <p><i>Apteromantis aptera</i> Lince-ibérico Lobo-ibérico Abutre-preto Águia-imperial Cegonha-preta Aves marinhas e de águas costeiras Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Aves rupícolas Turfeiras , matos higrófilos atlânticos e cervunais</p>	Nacional público, LIFE
2	Estudos de inventariação e distribuição de espécies	<p><i>Apteromantis aptera</i> <i>Euphrydyas aurinea</i></p>	Nacional público, LIFE, FEDER

		<p><i>Macrothele calpeiana</i> <i>Proserpinus proserpina</i> <i>Lucanus cervus</i> <i>Macromia splendens</i> Lince-ibérico Lobo Gato-bravo Marta Toirão Toupeira-de-água Rato Cabrera Milhafre-real Águia-imperial Cegonha-preta Aves marinhas e de águas costeiras Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas Endemismos florísticos lusitanos Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)</p>	
2	Estudos genéticos e de monitorização epidemiológica	<p>Lince-ibérico Lobo Gato-bravo Águia-imperial Genciana-das-turfeiras <i>Genista anglica</i></p>	Nacional público, LIFE, FEDER, Horizonte 2020

		<i>Genista ancistrocarpa</i> <i>Cirsium palustre</i>	
5, 7, 8	Preparação e revisão periódica de Planos de gestão	Todos as áreas classificadas	Nacional público, LIFE, FEDER
2, 3	Elaboração do Livro Vermelho de espécies de Flora	Flora	Nacional público, LIFE, FEDER
8	Revisão e elaboração de planos de acção nacionais para espécies	<i>Lucanus cervus</i> Lince-ibérico Lobo-ibérico Abutre-preto Britango Milhafre-real Águia-imperial Águia de Bonelli Cegonha-preta Garça-vermelha Camão Aves estepárias Aves de zonas montanhosas <i>Gentiana pneumonanthe</i> <i>Genista anglica</i> <i>Genista ancistrocarpa</i> Plantas turfófilas (7140, *4020, *6230) Plantas de CTM (*3170)	Nacional público, LIFE
12, 13	Cooperação transfronteiriça	Cegonha-preta Águia-imperial Britango Abutre-preto Aves marinhas e de águas costeiras Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas <i>Gentiana</i>	Nacional público, FEDER, LIFE

		<p><i>pneumonanthe</i> <i>Genista anglica</i> <i>Genista</i> <i>ancistrocarpa</i></p>	
12, 13, 15	Medidas de conservação para recuperação e conservação de espécies e habitats	<p><i>Apteromantis aptera</i> <i>Euphrydyas aurinea</i> Lince-ibérico Lobo Cegonha-preta Abutre-preto Britango Milhafre-real Águia-imperial Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves estepárias Aves marinhas e de águas costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas Plantas de zonas húmidas Plantas de habitats calcários Plantas de habitats arenosos Endemismos florísticos lusitanos Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada</p>	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER

		(*3170)	
14	Erradicação de espécies invasoras de fauna e flora, e sensibilização para o tema	Todos	Nacional público, LIFE, FEDER, Horizonte 2020
15, 16	Pagamentos de serviços ambientais ou de compensações por perdas relacionadas com restrições ambientais, nomeadamente Pagamentos Natura e apoios agro-silvo-ambientais	Todos	Nacional público, FEADER
17	Monitorização	Todos	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
18, 19	Gestão de riscos, nomeadamente incêndios, inundações e adaptações a alterações climáticas	Todos	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
21	Promoção da participação pública na gestão e conservação da Rede Natura 2000 e das espécies protegidas	Todos	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER
21	Sensibilização e Educação Ambiental	Todos	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER
5, 6, 7, 15 e 16	- Compatibilização da presença das espécies e habitats com as atividades humanas (agro-silvo-pastoris, cinegéticas, recreativas)	<i>Apteromantis aptera</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegyptius monachus</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Aquila chrysaetos</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> Aves estepárias Aves marinhas e	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER, FEAMP

		<p>de águas costeiras</p> <p>Aves de zonas húmidas de água doce</p> <p>Aves de zonas estuarinas e costeiras</p> <p>Passeriformes paludícolas</p> <p>Aves de rapina florestais e noctíbios</p> <p>Aves de zonas montanhosas</p> <p>Aves rupícolas</p> <p>Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230)</p> <p>Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)</p>	
12, 18, 19	- Manter o estatuto de conservação favorável dos habitats	Todos	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER, FEAMP
12	- Promover a continuidade das rotas migratórias e a conectividade entre zonas	<p>Aves de zonas estuarinas e costeiras</p> <p>Aves de zonas húmidas de água doce</p> <p>Passeriformes paludícolas</p> <p>Aves estepárias</p>	Nacional público, LIFE, FEADER
17, 18, 19	- Assegurar a segurança nos principais corredores migratórios	<p>Aves de zonas húmidas de água doce</p> <p>Aves marinhas e de águas costeiras</p> <p>Aves de zonas húmidas de água doce</p> <p>Aves de rapina florestais</p> <p>Aves rupícolas</p>	Nacional público, FEDER, FEAMP

		Aves de zonas montanhosas	
5, 6, 7, 12, 15, 16, 17, 18	- Garantir a preservação do mosaico de habitats com condições propícias para estas espécies	Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas	Nacional público, LIFE, FEADER
1, 2, 4, 5, 8, 12, 15, 17, 18	- Promover medidas de adaptação às alterações climáticas.	Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Aves estepárias Aves de zonas montanhosas Endemismos florísticos lusitanos	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER, FEAMP, Horizonte 2020
10, 11, 21, 20, 22, 25	- Promover a educação ambiental e sensibilização das populações	Todos	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER
6, 7, 15, 16, 20	- Criar mecanismos de valorização dos produtos que contribuem para a conservação de áreas classificadas e espécies	Todas as áreas classificadas Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves estepárias Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Aves de rapina florestais Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER

--	--	--	--

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.1.b Medidas prioritárias para as espécies e habitats florestais e agrícolas da Rede Natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
5,7,8	Elaboração e Revisão de planos de Acção e estratégias nacionais	<i>Lucanus cervus</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> Aves estepárias Aves de zonas montanhosas	Nacional público, LIFE, FEDER
2, 12,13,14, 15, 16,18, 19, 21	Manutenção ou melhoria do estatuto de conservação da espécie	<i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabrerai</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER

		Aves de zonas montanhosas	
2, 12,13,14, 15, 16,18, 19, 21	Conservação, recuperação e estabelecimento de populações ou núcleos reprodutores	<i>Aptermomantis aptera</i> <i>Macrothele calpeiana</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabrerae</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
12,13,14, 15, 16,18, 19,	Conservação e recuperação de áreas de habitat de espécies ameaçadas, incluindo promoção da conectividade (diminuição de fragmentação) e permeabilização de potenciais barreiras ao movimento das espécies	<i>Aptermomantis aptera</i> <i>Euphrydyas aurinea</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabrerae</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de zonas	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER

		<p>húmidas de água doce Aves de zonas montanhosas Peixes ameaçados</p>	
15	<p>Implementação de medidas agro e silvo-ambientais para a conservação do habitat de espécies ameaçadas</p>	<p><i>Apteromantis aptera</i> <i>Euphrydyas aurinea</i> <i>Proserpinus proserpina</i> <i>Lucanus cervus</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabreræ</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de zonas agrícolas Aves de rapina florestais e noctídeos Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada</p>	<p>Nacional público, FEADER</p>
2	<p>Aferição de densidades, tendências, parâmetros populacionais e distribuições</p>	<p><i>Apteromantis aptera</i> <i>Euphrydyas aurinea</i> <i>Macrothele calpeiana</i> <i>Lucanus cervus</i> <i>Lynx pardinus</i></p>	<p>Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER, Horizonte 2020</p>

		<i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabrerai</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron</i> <i>percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de rapina florestais e noctíbios Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas	
2	Estudos genéticos e de monitorização epidemiológica e mitigação de riscos associados	<i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Aquila adalberti</i>	Nacional público, LIFE, FEDER, Horizonte 2020
1,2, 7	Avaliação da necessidade de designação de áreas de Rede Natura 2000 para a conservação de espécies ameaçadas	Vale do Rio Chança Serra de Leomil, Serra de Lapa, Serra de Trancoso, Serra de Penha Garcia, Serra de Vila Velha de Ródão <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Aquila adalberti</i> Aves rupícolas	Nacional público, LIFE
2,5,7,8,12,13,15, 18,19, 21	Diminuição de riscos de mortalidade não natural e dos impactos antropogénicos	<i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Capra pyrenaica</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Milvus milvus</i>	Nacional público, Fontes Privadas, LIFE, FEDER, FEADER

		<p><i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Circus cyaneus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Pandion haliaetus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas</p>	
12,13,15	Aumento da disponibilidade de alimento, incluindo de presas silvestres	<p><i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Milvus milvus</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas</p>	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
2, 5	Avaliação de impactos (incluindo cumulativos) de infra-estruturas e empreendimentos, e adequado planeamento territorial	<p><i>Apteromantis aptera</i> <i>Proserpinus proserpina</i> <i>Lynx pardinus</i> <i>Canis lupus</i> <i>Martes martes</i> <i>Mustela putorius</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> <i>Microtus cabrerai</i> <i>Felis silvestris</i> <i>Ciconia nigra</i> <i>Neophron percnopterus</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Aquila chrysaetos</i> Aves de rapina migradoras Morcegos</p>	Nacional público, Fontes Privadas, FEDER

		<p>Aves estepárias Aves de rapina florestais e noitibós Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)</p>	
2, 5, 17, 19, 21, 24	Controlo e manutenção das águas interiores	<p><i>Macromia splendens</i> <i>Galemys pyrenaicus</i> Peixes dulciquícolas (saramugo, etc.) Bivalves de água doce Aves aquáticas Passeriformes paludícolas Aves rupícolas Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)</p>	Nacional público, LIFE, FEADER, FEDER, FEAMP
5, 13, 15, 16, 18, 23, 24	- Manutenção das árvores e bosquetes com ninhos e também de árvores de grande porte e bosquetes com potencial para a nidificação nas áreas de ocorrência	<p><i>Aegypius monachus</i> <i>Aquila adalberti</i> <i>Aquila chrysaetos</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i> <i>Milvus milvus</i> Aves de rapina florestais</p>	Nacional público, LIFE, FEADER
5, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24	- Conservar as áreas de nidificação	<p>Aves estepárias Aves rupícolas Aves de zonas montanhosas</p>	Nacional público, LIFE, FEADER
5, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24	- Conservar os locais de concentração pós-nupcial	<p><i>Ciconia nigra</i> Aves de rapina florestais migratórias</p>	Nacional público, LIFE, FEADER

5, 7, 12, 15, 16, 18	- Reduzir a instalação de novas vedações em áreas de parada nupcial e instalar passagens para a fauna nas vedações existentes; promover a sinalização de vedações para minimizar a mortalidade por colisão	Aves estepárias	Nacional público, LIFE, FEADER
11, 17, 24	- Promover a recolha e recuperação de aves debilitadas e feridas	Aves estepárias <i>Aquila adalberti</i> <i>Aegypius monachus</i> <i>Hieraaetus fasciatus</i>	Nacional público, LIFE, FEDER

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.1.c Medidas prioritárias para as espécies e habitats marinhos e costeiros da Rede Natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
1, 2, 7	Avaliação da necessidade de designação de áreas de Rede Natura 2000 para a conservação de espécies ameaçadas	Aves de estuários e zonas costeiras Aves marinhas	Nacional público, LIFE, FEAMP
2, 5, 7, 8, 12, 13, 15, 18, 19, 21	Diminuição de riscos de mortalidade não natural e dos impactos antropogénicos	Aves marinhas Aves de estuários e zonas costeiras	Nacional público, Fontes Privadas, LIFE, FEDER, FEAMP
19	Avaliação de impactos (incluindo cumulativos) de infra-estruturas e empreendimentos, e adequado planeamento territorial	Aves marinhas Aves de estuários e zonas costeiras	Nacional público, Fontes Privadas, FEDER, FEAMP
2, 17	- Aumentar o conhecimento da utilização dos habitats marinhos, com destaque para as áreas offshore, e das espécies	Aves marinhas e de águas costeiras	Nacional público, LIFE, FEDER, FEAMP
11, 17, 24	- Promover a recolha e recuperação de aves	Aves marinhas e de águas costeiras	Nacional público, LIFE, FEDER, FEAMP

	debilitadas e feridas		
2	- Aferição de densidades, tendências, parâmetros populacionais e distribuições	Aves marinhas e de águas costeiras	Nacional público, LIFE, FEDER, FEAMP, Horizonte 2020

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.1.d Medidas prioritárias para espécies e habitats de zonas húmidas da Rede Natura 2000 (incluindo turfeiras)

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *
5, 7, 8	Elaboração e Revisão de planos de Acção e estratégias nacionais	<i>Ciconia nigra</i> <i>Ardea purpurea</i> <i>Porphyrio porphyrio</i> 3170*	Nacional público, LIFE, FEDER
2, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21	Manutenção ou melhoria do estatuto de conservação das espécies e habitats	Aves de zonas estuarinas e costeiras Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
2, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21	Conservação, recuperação e estabelecimento de populações ou núcleos reprodutores	<i>Botaurus stellaris</i> <i>Fulica cristata</i> <i>Aythya nyroca</i>	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
12, 13, 14, 15, 16, 18, 19	Conservação e recuperação de áreas de habitat de espécies ameaçadas, incluindo promoção da conectividade (diminuição de fragmentação) e	<i>Proserpinus proserpina</i> <i>Macromia splendens</i> Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER

	permeabilização de potenciais barreiras ao movimento das espécies	paludícolas Aves de zonas estuarinas e costeiras Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	
1, 2, 7	Avaliação da necessidade de designação de áreas de Rede Natura 2000 para a conservação de espécies ameaçadas	Aves de zonas húmidas de água doce	Nacional público, LIFE, FEDER
2, 5, 7, 8, 12, 13, 15, 18, 19, 21	Diminuição de riscos de mortalidade não natural e dos impactos antropogénicos	<i>Macromia splendens</i> Aves de zonas húmidas de água doce Aves de zonas estuarinas e costeiras Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, Fontes Privadas, LIFE, FEDER, FEADER
13, 23, 24	- Fixar casais nidificantes de espécies muito raras e irregulares	Aves de zonas húmidas de água doce (abetouro, zarro-castanho, galeirão-de-crista, gaivina-dos-pauis)	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
5, 6, 7, 12, 15, 16, 17, 19, 23, 24, 25	- Promover a manutenção e restauro das turfeiras e charcos temporários	Narceja Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, LIFE, FEADER

5, 7, 12, 13, 14, 18, 23, 24	- Promover a continuidade das rotas migratórias e da conectividade entre as zonas húmidas	Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Aves de zonas estuarinas e costeiras Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
2	- Aferição de densidades, tendências, parâmetros populacionais e distribuições	<i>Proserpinus proserpina</i> <i>Macromia splendens</i> Aves de zonas húmidas de água doce Passeriformes paludícolas Aves de zonas estuarinas e costeiras <i>Gallinago gallinago</i> Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER, Horizonte 2020
5, 12, 13, 15, 16, 18, 23, 24	- Conservar os locais de concentração pós-nupcial e muda	Aves de zonas húmidas de água doce Aves de zonas húmidas de água doce	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER
2, 3, 5, 11, 12, 13, 24	Criação de um banco de sementes das espécies de flora de turfeiras e charcos temporários	Flora de turfeiras (com mosaicos de cervunais e matos higrófilos atlânticos - 7140, *4020, *6230) Flora de charcos temporários mediterrânicos e fauna associada (*3170)	Nacional público, LIFE, FEDER, FEADER, Horizonte 2020

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.2 Outras medidas prioritárias

G.2.a Medidas prioritárias para salvaguardar os benefícios e serviços dos ecossistemas da Rede Natura 2000, em especial relativamente à adaptação e mitigação das alterações climáticas

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.2.B Medidas prioritárias para a promoção do turismo verde e do emprego relacionados com a Rede natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.2.c Medidas prioritárias para a promoção das abordagens inovadoras relativamente à Rede Natura 2000

Tipo de atividade	Descrição da medida	Espécies, habitats ou sítios alvo	Fontes de financiamento potenciais *

*Fontes de Financiamento: FEADER, FEDER, FEMP, FSE, LIFE, Nacional público, Fontes privadas

G.3 Tabela síntese de medidas prioritárias por habitat e espécie

Habitat ou espécie	Estado de conservação (códigos do relatório do art. 17º da DH ou do art. 12º da DA)	Pressões e ameaças (códigos do relatório do art. 17º da DH ou do art. 12º da DA)	Medida prioritária (da secção G – codificar)
<i>Lynx pardinus</i>			
<i>Canis lupus</i>			
<i>Galemys pyrenaicus</i>			
<i>Microtus cabreræ</i>			

<i>Felis silvestris</i>			
<i>Capra pyrenaica</i>			
<i>Milvus milvus</i>			
<i>Neophron percnopterus</i>			
<i>Aegypius monachus</i>			
<i>Circus cyaneus</i>			
<i>Aquila adalberti</i>			
<i>Hieraaetus fasciatus</i>			
<i>Pandion haliaetus</i>			
<i>Aquila chrysaetos</i>			
etc			

A Direcção Nacional da Liga para a Protecção da Natureza

A handwritten signature in black ink, reading "Miguel Geraldes". The signature is written in a cursive style with a large initial 'M'.

Miguel Geraldes